



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KELLIANE DE JESUS SILVA FURTADO
LAYANA AZEVEDO DOS SANTOS**

**OS DESAFIOS E LIMITES DO TRABALHO PROFISSIONAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) SÃO SEBASTIÃO-
ABAETETUBA/PA, NO CONTEXTO ATUAL DE REGRESSÃO DE DIREITOS.**

ABAETETUBA/PA

2018

KELLIANE DE JESUS SILVA FURTADO
LAYANA AZEVEDO DOS SANTOS

**OS DESAFIOS E LIMITES DO TRABALHO PROFISSIONAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) SÃO SEBASTIÃO-
ABAETETUBA/PA, NO CONTEXTO ATUAL DE REGRESSÃO DE DIREITOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, como requisito final à obtenção da graduação em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Daniela Ribeiro Castilho

ABAETETUBA/PA

2018

KELLIANE DE JESUS SILVA FURTADO
LAYANA AZEVEDO DOS SANTOS

**OS DESAFIOS E LIMITES DO TRABALHO PROFISSIONAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) SÃO SEBASTIÃO-
ABAETETUBA/PA, NO CONTEXTO ATUAL DE REGRESSÃO DE DIREITOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, como requisito final à obtenção do bacharelado em Serviço Social.

Aprovado em: ____ / ____ / 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Daniela Ribeiro Castilho

Prof. Dra. Nádía Socorro Fialho Nascimento

Dedico este trabalho a minha família, minha filha Maria Cecília, meus pais Simone e Edson, meu esposo Tiago e minha irmã Kellen. Vocês são as pessoas que mais amo nessa vida, obrigada por sempre estarem ao meu lado!

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão à Deus que me deu a vida, guiou os meus passos, trilhou o meu caminho, me presenteou com o Serviço Social, me deu força e coragem durante toda essa caminhada.

À Maria, Nossa Senhora, Rainha do Céu, que sempre intercedeu por minha vida diante de seu filho Jesus.

Agradeço ao meu pai Raimundo Edson Macedo da Silva e a minha mãe Simone de Jesus Silva, pessoas fundamentais em minha vida, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivaram a estudar e me apoiaram em todas as minhas escolhas.

À minha filha Maria Cecília que é a razão da minha vida, a pessoa por quem eu tenho o amor mais lindo e incondicional do mundo, obrigada por me tornar mãe e por me mostrar que eu posso ser mais forte do que eu imaginava! Filha essa vitória é sua.

Ao meu esposo Tiago Furtado, que realizou comigo o sonho da nossa família, por me incentivar a não desistir de nada, a prosseguir com os meus estudos para conquistar a tão sonhada realização profissional.

À minha irmã, minha grande amiga e parceira da vida inteira Kellen Silva, que sempre está comigo em todos os momentos da minha vida.

À minha avó Maria Arcângela por todo carinho, preocupação e amor! A minha avó Lita que cuidou de mim com todo carinho quando criança e é a minha saudade eterna! E meus avôs José Maria e Quintino, pelo amor e educação que nos deixaram.

Aos meus familiares, tios/as e primos/primas, pessoas que possuo não só um laço sanguíneo, mas um laço de afeto e carinho.

A minha sogra Maria do Socorro e meu sogro Raimundo Nonato, por me receberem tão bem na família vocês.

À minha amiga e parceira de TCC, Layana Azevedo, pessoa de muita garra que me ensinou muito sobre a diversidade da vida durante o curso e com quem eu tive a honra de compartilhar a conclusão dessa jornada.

Ao meu grupo de trabalho intitulado “Lovinhas” com quem eu dividi todos os altos e baixos do curso, todos os trabalhos, alegrias, angústias e construí grandes amizades.

À todos os professores do Curso de Serviço Social e demais áreas, especialmente, que construíram e desconstruíram grandes processos e pelas incríveis reflexões para a construção de um novo projeto de sociedade e de profissão.

À professora Daniellem Costa, por toda atenção direcionada a nossa turma e sua dedicação e disponibilidade para tornar o nosso estágio supervisionado uma realidade.

Agradeço à professora e diretora da Faculdade de Serviço Social, Nádya Fialho, por toda sua dedicação com a turma de Abaetetuba.

À minha supervisora de campo e assistente social Marley Brito, por compartilhar comigo a sua experiência, pela troca de conhecimentos e por contribuir grandemente com a minha formação profissional. E ao CRAS São Sebastião pela acolhida maravilhosa.

À minha supervisora acadêmica e orientadora de TCC, Prof^a Dra. Daniela Castilho, que foi ímpar durante a produção deste trabalho, estando presente em todas as etapas, incentivando e compreendeu nossas particularidades. Obrigada melhor orientadora!

Kelliane de Jesus Silva Furtado

Dedico este trabalho à minha família, nas pessoas de meus pais, Ana Maria e José Ailson, por terem acreditado na educação como a melhor coisa que poderiam me oferecer, possibilitando a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que na sua infinita sabedoria e misericórdia, me colocou ao lado dos pequenos, dos excluídos, dos oprimidos, na luta contra toda forma de opressão e por aguçar em mim a sede de uma sociedade justa e igualitária.

A meus pais José Ailson e Ana Maria, meus alicerces, que na simplicidade de nosso lar, formaram minha primeira escola de formação, dando suporte para a realização de meus sonhos, de minhas lutas e desafios por mais ousados que sejam. Ainda temos muito a conquistar!

A meus irmãos Lailson e Letícia, companheiros de vida, por todo amor e paciência dedicados a mim.

A Eliana, Êmily e Eloisa, minha segunda família, por me acolherem na sua casa, nas suas vidas e nas suas lidas.

A meus avós José, Maria, Graci e Laurival, por todo carinho e por crerem na educação como arma poderosa de transformação.

A todos os meus familiares, por sempre acreditarem em mim.

A minha comunidade Ilha do Capim, por me formar para a vida social e ensinarem na prática a importância da organização de classe.

A meus amigos, especialmente os conquistados na Pastoral da Juventude, pelas palavras de incentivo e confiança.

Aos amigos de lutas e sonhos do Partido Socialismo e Liberdade, especialmente a meu padrinho político, Raul Louzada pela confiança e companheirismo.

A meus mestres, do ensino fundamental, do ensino médio e ensino superior, por me ajudarem a trilhar os caminhos do saber.

A minha orientadora, Dra. Daniela Castilho, por toda disponibilidade e dedicação, por dar credibilidade a essa profissão, com sua ética e compromisso profissional.

À coordenação da Faculdade de Serviço Social, especialmente à professora Nádia Fialho, pelo trabalho dedicado a nossa turma, pela responsabilidade assumida e respeito dedicado.

A minha dupla Kelliane, parceira e amiga, por me ensinar o valor da superação.

A meus colegas de turma, especialmente Dayane/Catiane, Lenilda, Marília, Lidiane Costa, Kelliane, Thais Silva, Thais Santos, Sylmara, Adna, César e Rita, pelo companheirismo nesse itinerário.

A meu supervisor de campo, Odias Silva, companheiro encontrado nesta caminhada, futuro colega de profissão. Obrigada por sua generosidade!

A Marley e Jacqueline, pela valorosa colaboração com este trabalho.

A todos/as que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste momento e que são, portanto, partícipes dessa conquista.

Gratidão por vocês existirem!

Layana Azevedo dos Santos

Proletários de todos os países, uni-vos!

Karl Marx(1818- 1883)

RESUMO

O presente trabalho faz uma discussão acerca dos desafios e limites do trabalho profissional dos/as assistentes sociais do CRAS São Sebastião, localizado no município de Abaetetuba/ Pará. O CRAS insere-se em uma realidade amazônica, demarcado por particularidades próprias, porém, partícipe da realidade que se instaura em nível nacional. A partir de uma abordagem da conjuntura atual em que se acirram as expressões da questão social, marcada por medidas de cortes de orçamento, contrarreformas e propostas de emendas constitucionais que beneficiam os interesses do capitalismo em detrimento dos direitos socialmente conquistados, objetivou-se analisar a atuação profissional dos/as assistentes sociais neste espaço, buscando compreender a execução da Política de Assistência Social, identificando os limites e desafios impostos aos profissionais, e referendando a importância do projeto ético-político profissional dos/as assistentes sociais para a uma prática emancipadora. Para o alcance dos objetivos, usou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica explorou autores/as que discutem sobre a política social; a assistência social, sobre a profissão do serviço social e seu Projeto ético-político. Os/as autores/as utilizados na pesquisa bibliográfica, partem de uma perspectiva crítica da realidade sócio histórica em que se inserem. A pesquisa de campo contou com a colaboração dos/as profissionais do espaço sócio ocupacional do CRAS São Sebastião, que se submeteram a questionários com perguntas fechadas e abertas que discorriam sobre seu exercício profissional, desafios, limites e perspectivas para a profissão frente a conjuntura atual. Analisam-se os resultados a partir da perspectiva de urgente necessidade de efetivação e materialização do Projeto Ético-Político profissional para uma prática crítica e condizente com os pressupostos da profissão.

Palavras Chaves: Abaetetuba. CRAS. Projeto ético-político profissional. Serviço Social. Assistência Social.

ABSTRACT

The present work is a discussion of the challenges and limits of the professional work of social workers of the CRAS São Sebastião, located in the municipality of Abaetetuba/Pará. The CRAS is inserted in a reality of the amazon, demarcated by own peculiarities, however, participant of reality that introduces the national level. From a current situation in approach that escalate the expressions of social issues, marked by measures of budget cuts, against reforms and proposals for constitutional amendments that benefiting the interests of capitalism to the detriment of socially rights conquered, aimed to analyze the performance of the professional social workers in this space, seeking to understand the implementation of the Social Assistance Policy, identifying the limits and challenges posed to professionals, and endorsed the importance of the ethical-political professional project of social workers for emancipating practices . To reach the objectives, bibliographic, documentary and field research was used. The bibliographical research explored authors discussing about social policy: social assistance, about the profession of social work and its ethical-political Project. The authors used in the bibliographic research, from a critical perspective of the socio-historical reality in which. The field research was supported by the collaboration of professionals of the occupational partner space of CRAS São Sebastião, who submitted the questionnaires with closed and open questions that talked about our professional practice, challenges, limits and perspectives for the profession front current conjuncture. Analyze the results from the perspective of urgent need for effective and materialization of Ethical-Political Project professional to a critical practice and consistent with the assumptions of the profession.

Keywords: Abaetetuba. CRAS. Ethical-political professional Project. Social Service. Social Assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: A execução da Política de Assistência Social no CRAS São Sebastião- Abaetetuba/PA.	61
GRÁFICO 2: Condições institucionais para o exercício profissional no CRAS São Sebastião- Abaetetuba/PA.	63
GRÁFICO 3: Gráfico 3. Atuação profissional dos assistentes sociais do CRAS São Sebastião- Abaetetuba/PA.	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BPC - Benefício da Prestação Continuada

CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CE - Código de Ética

CF - Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

ENESSO- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LBAS - Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MBES - Ministério de Bem-Estar Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome

MPC - Modo de Produção Capitalista

NOB - Norma Operacional Básica

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEP - Projeto Ético Político

PSB - Proteção Social Básica

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SINPAS - Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social

SINDSUAS- Sindicato Dos Servidores Públicos do Sistema Único de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO E SUA REPRODUÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA.	19
3. O LUGAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O GERENCIAMENTO DA POBREZA.	34
3.1 O Estado social capitalista: trabalho e contradições.....	35
3.2 A Seguridade e Assistência social no Brasil.	38
3.3 A Implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil.	44
4. O ADENSAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO “GOVERNO ILEGÍTIMO” DE MICHEL TEMER E OS DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL.....	50
4.1- O/A assistente social e seu Projeto Ético Político.	54
4.2- O exercício profissional dos/as assistentes sociais do CRAS São Sebastião: perspectivas e desafios.	58
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	78

1- INTRODUÇÃO

Em tempos de acirramento do Capital, as expressões da questão social mostram-se latentes. A atual conjuntura brasileira marcada pelo desmonte de direitos tem imposto novos desafios e limites aos/as profissionais do serviço social, requerendo uma prática profissional emancipadora e condizente com os pressupostos do Projeto Ético-Político Profissional.

Nessa perspectiva o presente Trabalho de Conclusão de Curso, objetiva realizar uma análise sobre a atuação profissional dos/das assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) - São Sebastião, no município de Abaetetuba- PA, identificando os desafios e limites do trabalho desses profissionais, diante da conjuntura de desmonte de direitos instaurados no Governo ilegítimo de Michel Temer, à luz do Projeto Ético-Político Profissional.

O atentar para a importância da temática, surgiu a partir da vivência das autoras, no Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (Campus Abaetetuba), que aconteceu no CRAS acima citado, onde a partir da vivência fez surgir os seguintes questionamentos: como os profissionais de serviço social visualizam sua atuação a partir do Projeto Ético Político profissional, na conjuntura de desmonte de direitos? E quais os limites e desafios impostos aos profissionais deste espaço para a execução da política de assistência social no CRAS São Sebastião e no enfrentamento da questão social a partir do direcionamento ético político da profissão?

Dessa forma, para conhecer a atuação profissional dos/das assistentes sociais do CRAS São Sebastião, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental para possibilitar a compreensão de conceitos como política social, política de assistência social e do/a trabalhador/a de serviço social inserido/a neste processo e como se estrutura a Política Nacional de Assistência Social.

Posteriormente, foi realizada pesquisa de campo com os/as assistentes sociais do CRAS São Sebastião. Os/as profissionais autorizaram a aplicação do questionário mediante a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atribuindo um caráter ético à pesquisa realizada.

Efetivou-se então a aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas (abertas e fechadas), que percorreram sobre a execução da Política de

Assistência Social; sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais no espaço do CRAS, suas perspectivas, limites e desafios na atual conjuntura.

Com a sistematização dos dados realizou-se uma abordagem reflexiva acerca do papel do/a assistente social no enfrentamento das expressões da questão social, enquanto instrumento da luta de classes, bem como, os desafios e limites profissionais para a execução da política de assistência social no contexto de regressão do SUAS e do colapso por conta dos desmontes de direitos da classe trabalhadora.

O trabalho organiza-se da seguinte maneira: Seção I, introdução; Seção II, discorrerá sobre “O papel do Estado e das políticas sociais no capitalismo e sua reprodução na classe trabalhadora”, traçando um contexto histórico sobre a construção das políticas sociais no modo de produção capitalista; Seção III, “O Lugar da assistência social no capitalismo contemporâneo: O gerenciamento da pobreza”, situando as conquistas da classe trabalhadora nas diversas gestões; e a Seção IV , “O adensamento das expressões da questão social no governo ilegítimo de Michel Temer e os desafios do trabalho profissional” desenvolve-se a análise da pesquisa, situando a ameaça de colapso do SUAS fruto do desmonte dos direitos da classe trabalhadora e refletindo a luta do serviço social à luz do projeto ético-político.

Ressalta-se, portanto, que este trabalho, possibilita a reflexão sobre a importância de atuar profissionalmente embasado/a no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e que dão materialidade ao Projeto Ético-Político Profissional almejando uma visão crítica da realidade para assim compreender e buscar formas de viabilizar direitos e incidir diretamente nas expressões da questão social que chegam ao CRAS ou em quaisquer instituições em que esse/a profissional possa vir a atuar.

2- O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO E SUA REPRODUÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA.

Desde os processos que levaram à Constituição do Sistema Capitalista e que garantiram sua supremacia hegemônica em quase todo o território, aconteceram paralelo a este, as lutas e enfrentamentos como forma de sobrevivência de determinada classe social, denominada como a histórica luta de classes.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (Marx, 2008 p.9).

Nesse contexto de contradições históricas, Behring afirma que é necessário “analisar a lógica do capital na contemporaneidade para compreender as requisições mais profundas dirigidas ao Estado capitalista” (2008, p.31) buscando compreender o que há de novo no capitalismo contemporâneo e como isso irá inferir sobre as transformações econômicas e conseqüentemente sobre as lutas de classes.

Como resposta a essas contradições oriundas do processo de acumulação e exploração capitalista, as políticas sociais são geradas enquanto processo, de maneira conflitante no seio do movimento de expansão capitalista sendo tensionada pelas lutas de classes e pelo desenvolvimento da intervenção estatal.

Behring e Boschetti (2011) relatam acerca do surgimento das primeiras legislações sociais do período que emergiu o pré-capitalismo, em que o atendimento às demandas sociais acontecia de maneira esporádica e na forma caritativa e filantrópica, com ações pontuais e de caráter punitivo. As primeiras legislações direcionadas e aproximadas ao que se conhece às legislações sociais que se tem registro são inglesas, com destaque a *Speenhamland Act*, de 1795 e a Nova Lei dos Pobres de 1834. Todas, porém, mantinham como princípio a obrigação do trabalho garantindo minimamente a alimentação e hospedagem nas casas de trabalho.

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não como o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p.47).

Dessa forma, as políticas sociais constituíram-se como desdobramentos e respostas às múltiplas expressões da questão social, enquanto consequência do modo capitalista de produção fundado na exploração capital e trabalho, ainda que em um primeiro momento de maneira direcionada a determinado fim.

Como parte desse processo de resistência, em que a Política Social se consolidou, é importante destacar a reação dos/as trabalhadores/as à exploração acentuada do trabalho, onde rompe-se a luta de classes (segunda metade do século XIX) desvelando mais explicitamente a questão social e inovando as estratégias burguesas para lidar com as requisições dos/as trabalhadores/as.

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações, por meio da legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.55).

Dessa forma, as autoras vislumbram as lutas e conquistas dos/as trabalhadores/as sobre a jornada de trabalho, como precursoras da atribuição do papel que cabe ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais.

Posteriormente, no período que marcou o predomínio do liberalismo (século XIX e XX), o papel do Estado limitou-se à regulação do livre mercado, estagnando o avanço das políticas sociais, vistas como estimuladoras da miséria e do ócio. O Estado aqui é mínimo, responsável pela defesa do livre direito individual de produzir, da regulação das relações sociais, de forma “neutra” e garantindo a proteção armada desta sociedade.

Segundo esses pressupostos, o bem estar coletivo seria alcançado individualmente, ou seja, na livre concorrência dos indivíduos para o bem estar próprio, sendo uma consequência e um mérito aos dotados de capacidades “naturais”. Nesse contexto, a atenção dada às demandas sociais referia-se basicamente à condição de vida dos/as trabalhadores/as de forma tímida e restrita, sem atingir o cerne das expressões da questão social.

As primeiras iniciativas sociais, estabeleceram-se como continuação do estado capitalista, a partir de uma mudança na perspectiva de estado, sem contudo colocar em questão os pressupostos do capitalismo. Assim, as políticas sociais surgiram gradualmente e de forma diferenciada em vários países, a depender da organização de classes. Contudo muitos autores situam o século XIX, como o

período em que o Estado assume as ações sociais de forma mais ampla e com caráter obrigatório (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

As autoras destacam ainda, dois processos políticos econômicos ocorridos no século XIX e XX, que enfraqueceram as bases de sustentação dos argumentos liberais: O crescimento do movimento operário, que garantiu direitos sociais e políticos mais amplos para a categoria; e a concentração e monopolização do capital, que demoliu a ideia de que o indivíduo era guiado por sentimentos morais.

Nesse contexto, aconteceu a crise de 1929, também conhecido como a Grande Depressão, que se constituiu como a maior crise econômica mundial do capitalismo, desse período. Nesta, o comércio mundial foi reduzido a um terço do “normal”, favorecendo a multiplicação das políticas sociais lentamente, vista como uma possível saída, amortecendo a crise, mantendo o controle sobre os ciclos econômicos e estabelecendo uma espécie de pacto social com os movimentos operários.

No Brasil as políticas sociais para constituírem-se como direito, passaram por um processo peculiar, em dissonância aos outros países. Apesar de que em sua colonização existiram traços capitalistas, o capitalismo brasileiro ganhou impulso a partir do Estado Nacional e o processo de “independência”, onde se rompeu com a aristocracia agrária e novos agentes econômicos ganharam espaço para a construção da sociedade brasileira. No entanto, a nova elite econômica do país não se empenhou em amparar qualquer direito social que os cidadãos pudessem ter.

Mesmo com a sua chamada “independência”, o Brasil continuou com propósitos conservadores, com a intenção de manter a ordem social e seu período revolucionário foi totalmente inspirado no modelo liberal, sendo inevitável não realizar sua independência a partir dos ideais propostos pela Revolução Francesa.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), para se discutir política social no Brasil é necessário considerar o processo de formação do capitalismo nestas terras. Para tal análise estas citam Prado Jr (1991) e Ianni (1968), afirmando que o processo de colonização do Brasil levou o país a construir uma economia com o mercado que se organiza para fora, fundando um desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, “um presente combinado de vários passados” (IANNI, 1992 p.63 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p.72).

Com a revolução burguesa, o Brasil passa a ser conhecido como agrário exportador, em que os seus principais personagens são os senhores do café

(fazendeiros) e os imigrantes que são os pioneiros na construção do Brasil moderno. Conceberam-se novas práticas e adaptações na política e economia, principalmente desligando a relação escravo e senhor.

É preciso considerar que esses senhores mantiveram a estabilidade de uma economia voltada para exportação, com a intenção de riqueza e lucro. E a partir de então construindo uma posição republicana e introduzindo o trabalho livre (BEHRING, 2008).

E ainda sobre como o liberalismo se consolidou no Brasil, no início da formação do território brasileiro, Behring e Boschetti (2011, p. 73) afirmam que este “não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma. Ao contrário, uma marca da nossa formação é a heteronomia, a dependência”. Constituindo-se então como uma marca estrutural do capitalismo brasileiro, fazendo parte do processo de modernização (conservadora), que o capitalismo consolidou no Brasil e que possui a tendência de ser mantida.

A dificuldade em constituir-se como uma sociedade democrática, decorre desse processo de formação, baseado na dependência no amplo sentido da palavra, pois nessa lógica, da democracia faziam parte apenas as classes dominantes.

Dessa forma, o Brasil passou a fazer parte do capitalismo em um processo em que o colonialismo cedeu espaço para a dinâmica do mercado mundial. Surgindo no país um novo tempo e novas revoluções, sendo elas: política, econômica e social, todas em processos desiguais.

Todo esse processo oportunizou o surgimento de diferentes camadas populares, principalmente no âmbito da divisão social do trabalho, além da persistência de valores conservadores pelas elites e uma ordem social totalmente competitiva.

A transição- claramente não- clássica- para o capitalismo no Brasil, então, é marcada por uma *visão estreita do dinamismo do mercado interno* e sua direção volta-se para impedir qualquer crescimento a partir de dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária, e não contra ela (BEHRING 2008, p. 100).

Outra marca do processo de transição do período colonial brasileiro para o de sociedade capitalista “independente”, diz respeito “à incongruência entre as normas legais e as normas práticas”, que ainda hoje persistem, a exemplo pode-se avaliar a

Constituição Federal de 1988, que se marcou como a “Constituição Cidadã”, sem, contudo garantir a ampla cidadania que preconiza.

Há ainda, no campo da economia, a visão estreita da dinâmica do mercado que não possibilita o crescimento interno a partir “de dentro”, mas seguindo a lógica de externalizar tudo, e isso inclui a produção.

Behring e Boschetti (2011 p. 77) analisam ainda, que

a presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição

levando ao retardamento dos processos de lutas por meio da construção e consciência de classe e a ação político operária no Brasil, vindo essas a se manifestar a partir do século XX.

Portanto como já mencionado, o Brasil não conseguiu acompanhar o mesmo ritmo que os outros países, no que tange a efetivação das políticas sociais em seu território, sem, contudo diferenciar tanto a gênese da política social.

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominantes. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações das classes trabalhadoras. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 79)

Decorrente desse processo histórico de lutas, porém também de interesses estatais, não é difícil deparar-se ainda hoje com situações de clientelismo e assistencialismo, especialmente em âmbitos institucionais ou no campo da política partidária. Pois ao cabo que a Política social não é tida como direito, é usada como barganha para favorecimentos próprios ou de terceiros.

Às duras investidas do liberalismo e a crise de 1929, surgiu a teoria Keynesiana de um Estado mais amplo e concedente às reivindicações dos trabalhadores, tendo como vistas a reativação da produção e da economia, através de um “pacto social” tendo, contudo, sempre defendido o direito à liberdade individual, rompendo porém, com a lógica conservadora e dogmática do liberalismo, ou seja, cabia ao Estado legitimamente intervir também nas medidas sociais em uma visão de conjunto amortecendo a crise e garantindo a estabilidade e o equilíbrio econômico (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Marcadamente o processo de consolidação do liberalismo nas terras brasileiras, não incorporou nenhum pacto social com os direitos dos trabalhadores, mas estes começaram a fluir a partir das necessidades sentidas pelos trabalhadores e da necessidade do Estado de manter o controle social, a partir de 1920.

Entretanto, estão demarcados historicamente, as frágeis, porém pioneiras, medidas de proteção social até a década de 1930 como: a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública; o direito à pensão e férias de 15 dias para funcionários da imprensa nacional e ferroviários; a primeira legislação para assistência à infância no Brasil, em 1891; o reconhecimento do direito a organização sindical (agricultura e indústria rural) em 1907; a regulamentação da jornada de trabalho para 12 horas, 1911; em 1923, a aprovação da lei Eloy Chaves, que instituiu as caixas de aposentadoria e pensão para algumas categorias; e a aprovação do Código de Menores, 1927 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No Brasil, no período da década de 1930, ou no advento da crise internacional, várias mudanças são notadas na correlação de forças das classes. Ao que muitos consideram uma Revolução, Behring e Boschetti (2011), situam como uma inflexão na constituição das relações sociais capitalistas, tendo como personagem de destaque o presidente Getúlio Vargas (1883-1954), que estabeleceu “mudanças” no Estado brasileiro, instaurando a Ditadura do Estado Novo instituindo o que seria uma “cidadania regulada”, com as Legislações trabalhistas e a Constituição de 1937.

Após o fim da Era Vargas, em 1945, com a ascensão da indústria e amadurecimento do movimento operário, consolida-se a nova Constituição de 1946, de teor mais democrático, marcando a intensificação das lutas de classes.

Em contexto mundial, o chamado “anos de ouro” do capitalismo, correspondente ao pós Segunda Guerra Mundial (1945) e que começou a demonstrar sinais de esgotamento no ano de 1960, com o rompimento do “pacto dos anos de crescimento” e a reconfiguração do papel do Estado Capitalista (1980 e 1990), arrastando ainda algo inerente a esse sistema: o desenvolvimento acompanhado ao subdesenvolvimento.

Eis que surge então, como reação ao *Welfare State* Keynesiano, um novo modelo econômico social: o neoliberalismo. Defendendo a ideia de um programa em que o Estado não deve interferir na regulação do comércio. Porém, mesmo a hegemonia neoliberal (1980) nos países capitalistas não foi capaz de resolver a crise

do capitalismo, e, tampouco, alterar os índices de recessão e baixo crescimento econômico, como prometera (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O Brasil, seguindo a já mencionada, falta de sincronia entre seu tempo histórico e os processos internacionais, enquanto estourava mundo afora a revolução burguesa, vivia aqui a Ditadura Militar, pós 1964, que conduziu a um “arremedo” do fordismo. Este, contudo, diferentemente da Europa e os EUA, não veio com um pacto-social democrata, mas com restrita redistribuição de ganhos de produtividade. Conduzindo assim, a política social de forma tecnocrática e conservadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Esse processo de restrição de direitos foi acompanhado da chamada internacionalização do Brasil (promovido pela ditadura) e que foi muito bem aproveitado pelo capitalismo internacional como forma de ampliar o mercado de bens fordistas em países potenciais. Esse período “desenvolvimentista” de crescer “50 anos em 5” e que teria como resultado o crescimento do “bolo”, para a posterior divisão, não teve o fim esperado.

O que de fato desencadeou foi o acirramento das expressões da questão social aos moldes brasileiros, ao que Behring e Boschetti (2011), para discorrerem a respeito dessa nova configuração da questão social, mencionam Netto (1991) que analisando o período da ditadura, reitera que esta além de reeditar a modernização conservadora, aprofundando as relações capitalistas, criou uma nova configuração da questão social, que passa a ser um *mix* de repressão e assistência, visando controlar as forças de trabalho que despontavam.

Também é mencionado por essas autoras, Faleiros (2000), quando afirma que no período da ditadura, as políticas sociais foram vistas como meio de legitimação e adesão do regime pelo bloco militar-tecnocrático-empresarial.

Entre esses contraditórios avanços no campo da política social, Behring e Boschetti (2011), citam a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974 e posteriormente o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social - SINPAS, em 1977. Este último abrangia ainda a saúde, caracterizando-se com forte medicalização e atendimentos curativos, individuais em detrimento da saúde pública, favorecendo a indústria de medicamentos e equipamentos hospitalares.

Contudo, paralelamente aos investimentos nas políticas sociais, mesmo que de forma contraditória, abriam-se espaços também para a iniciativa privada, na saúde, educação, e previdência, deixando estas como um legado desse período.

Ressalta-se ainda, que com a crise, os países da América Latina, principalmente o Brasil entraram em sucessão de empobrecimento. No Brasil alavancaram-se as taxas de desemprego, os serviços sociais públicos entraram em colapso, o estímulo de uma exacerbada produção para a exportação de produtos para que atender as necessidades do país, fragilização da economia e a queda no crescimento. Todo esse processo deslegitimou os governos militares no país e em 1974, o presidente militar Ernesto Geisel(1907-1996) anunciou o endividamento do Brasil.

O período posterior a este, conhecido como o de redemocratização e estagnação da economia, década de 1980, marcado pelas conquistas democráticas e a constituinte de 1988, foi também o período de maior endividamento do país, em uma confusa conversão da dívida externa (Fundo Monetário Internacional-FMI) do privado para o público, elevando os juros e o processo inflacionário, acarretando o empobrecimento generalizado da América Latina como um todo, ainda hoje latente.

Ainda nos anos 1980, houve a explosão dos movimentos da classe operária e popular com a intenção de retomada do Estado Democrático direito, onde o movimento dos trabalhadores tinha o objetivo de reivindicar em forma de assembleia a recuperação do Estado Democrático.

Essa tarefa foi destinada ao Congresso Constituinte, que gerou inúmeras disputas com intenções de mudanças, sendo elas: direitos trabalhistas, direito a democracia, direitos sociais e reforma agrária. Todo esse processo gerou mudanças no processo de industrialização, urbanização, oportunizando também, condições para a emergência de um novo movimento operário e popular, através do Partido dos Trabalhadores - PT (BEHRING, 2008).

A formação do Congresso Constituinte, embora não tenha sido o almejado pelos movimentos dos trabalhadores, foi uma ferramenta muito disputada pelas classes, pois demarcou um campo de interesses que veio a diferenciar o Brasil do restante da América, embora tenha sido um híbrido entre o Novo e o Velho.

A Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.141).

Apesar de tudo, no processo de redemocratização a mobilização popular e dos movimentos sociais, partidos políticos, como a Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular da Constituinte, para a inserção do conceito da Seguridade Social, garantiu muitas conquistas, a exemplo o salário mínimo para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e uma série de inovações democratizantes como os estatutos dos municípios e os conselhos paritários.

E ainda a dificuldade da assistência social em se elevar à condição de política pública de seguridade social e não território do clientelismo, como aleatoriedade e improvisado.

É importante lembrar, que no período de 1980, no governo de Sarney, a política social contou com iniciativas pífias de combate às expressões da questão social, como o programa do leite que distribuía tickets sem, porém promover o acesso à alimentação.

Nesse período mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.144).

A primeira disputa eleitoral para a presidência em 1989, outro marco na história brasileira, apresentou projetos antagônicos, representados por Lula e Collor, demonstrando claramente as tensões entre classes pulsantes no país. A eleição de Collor consolidou o direcionamento para a política neoliberal em detrimento do projeto da classe trabalhadora.

No que se refere à enorme expectativa democrática quanto ao enfrentamento das refrações dramáticas da questão social no país, seu pouco tempo de governo pautou-se no clássico clientelismo, como o demonstraram o escândalo das subvenções sociais e a performance da primeira-dama à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Deve-se recordar que Collor vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, demonstrando pouca disposição de implementar o conceito de seguridade social preconizado na constituição. Tal ambiente político articulado à abertura comercial e à reestruturação produtiva, geradores de desemprego, teve impactos sobre a espinha dorsal dos movimentos sociais dos anos de 1980, no sentido da sua desmobilização. Tanto que serão os estudantes, "caras pintadas", que tomarão a iniciativa das ruas, pelo *impeachment*. Esse foi um movimento importante, mas que esteve longe de possuir a densidade e o componente operário e popular da luta pelas eleições diretas, de 1984. (BERING, 2008, p.154)

Entretanto a correlação de forças desfavoráveis mantém um amplo campo de conservadorismo para a política social, como a contradição entre universalização e seletividade além do suporte ao setor privado, no que tange a responsabilidade do Estado para algumas políticas.

Para o processo de política de abertura no país, direcionou-se o ataque à seguridade social, com o discurso de que o Brasil precisava “cortar gastos”, fato este, que atingiria diretamente os salários e direitos sociais de uma população que tem uma das forças de trabalho mais baratas do mundo. Tudo isso para que empresas transnacionais se instalassem com agilidade no país (BEHRING, 2008).

E para reverter os impactos causados por elas, recursos foram destinados para as políticas sociais. Mas ainda assim, esses recursos não especificamente voltados para as políticas, pois, 20% delas foram desviados para o chamado Fundo Social de Emergência. De modo geral, o objetivo é sempre cortar os custos e recursos da área social e proteção social. (IDEM)

Ao longo dos anos de 1990, o movimento de Contrarreforma neoliberal, propagou-se nas mídias como uma campanha reformista. A denominada “Era FHC” foi permeada por esses discursos. Esta se referia às reformas orientadas pelo mercado, privilegiando as privatizações e reformas previdenciárias, relegando ao desprezo as conquistas sociais da constituição de 88.

Vale considerar que o termo “Reforma” é um patrimônio da esquerda e que foi apropriado indevidamente pelos discursos da época, que viam em qualquer alteração uma reforma. Segundo Behring e Boschetti há uma “Contra- Reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de reformas mais profundas no país” (2011, p.150).

Nos anos de 1990, viveu-se a partir do Plano Real, um crescimento mal dividido, onde se revelou a natureza imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras.

O reformismo neoliberal traz contradições entre o discurso e a política econômica:

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução dos custos

preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas internas e externas (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.152).

No processo de privatizações, inerentes ao Estado Neoliberal, alguns argumentos centrais estiveram presentes como justificativa, entre eles, como atrair capitais, reduzindo a dívida externa e melhorar a qualidade dos serviços. Mas o que de fato aconteceu foi à entrega de patrimônios públicos ao capital estrangeiro e à redução ou abdicação de compras de insumos no país, por parte das empresas estrangeiras.

Como consequência desses processos de negação da política social, cita-se a criação de agências de organizações sociais e a regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas, valorizando o serviço voluntário, e conduzindo à desprofissionalização da área em detrimento da seguridade social enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Logo, nas políticas sociais, essa reforma não teve impactos beneficentes.

O argumento do ajuste fiscal tem sido o responsável pela restrição e redução de direitos, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias destinadas aos efeitos mais perversos da crise.

As possibilidades preventivas ou redistributivas tornam-se limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo que a descentralização não é tida com o partilhamento entre as esferas públicas, mas como transferência de responsabilidade para entes da federação ou instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da reforma e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Behring e Boschetti (2011) analisam os princípios constitucionais promulgados na Carta Magna, constituindo-se como um grande avanço para as políticas sociais, contudo sua não materialização não promulgaram os direitos sociais como deveriam. Entre estes princípios, exemplifica-se o caráter democrático e descentralizado da administração, que não garante a gestão compartilhada entre governo, prestadoras de serviço e trabalhadores, mas que, mantem a responsabilidade nas mãos do Estado.

Esses princípios constitucionais, genéricos, mas norteadores da estrutura da seguridade social deveriam provocar mudanças profundas na saúde, na previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma

rede de proteção ampliada, coerente e consistente. Tinham o objetivo de enfim, permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas, para 'um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social' (art. 194 da Constituição da República Federativa do Brasil). Apesar de tais indicações, não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõe a seguridade social na década de 1990 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Em um contexto de reajuste neoliberal, que delinea um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular, a política social é secundarizada, relegada ao solidarismo, submetendo os direitos à lógica do discurso do ajuste fiscal e induzindo estes ao mercado privatizado. Ao que Behring e Boschetti dizem gerar “uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo que propicia um nicho lucrativo para o Capital” (2011, p.159).

Nesse campo, a assistência social, embora incorporada à seguridade social, possui dificuldades para se materializar enquanto política pública, sendo necessárias legislações complementares que garantem sua efetividade, como a instituição do Sistema Único de Assistência Social- SUAS (2004) que visa para esse campo, a garantia dos princípios outrora mencionados.

Na dificuldade da universalização desse direito, o conhecido “terceiro setor” torna-se a alternativa estrategicamente eficaz de se instituir como rede complementar que toma para si as responsabilidades do Estado, configurando-se como um retrocesso histórico.

Nessa perspectiva entra-se em uma discussão delicada para tentativas de manutenção da constituição da seguridade social enquanto direito instituído: o financiamento de recursos para esse fim.

Behring e Boschetti (2011) situam essa discussão no âmbito da política macroeconômica, onde mantem-se a política fiscal brasileira, segundo as orientações e acordos firmados entre governo, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora haja a orientação constitucional para a descentralização de recursos entre os entes federados, na efetividade esta não acontece, pois há a concentração apenas na União enquanto maior financiador, e para, além disso, a concentração na alocação dos recursos nos serviços da dívida pública.

E ainda, a carga tributária não é reincidida positivamente para os trabalhadores promovendo a redistribuição de riqueza, mas sim concentrando a renda e além atribuir a estes o pagamento maior de encargos tributários.

Ademais, a desvinculação das receitas da União, que onera os recursos das políticas sociais, vislumbrando a o pagamento dos juros da dívida externa, “aconselhados” nos acordos do FMI.

Esse mecanismo de manipulação orçamentaria que transfere recursos do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal, tem sido nefasto, pois permite a transferência de recursos público crescentes para o mercado financeiro, por meio de pagamento de serviços da dívida pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.166).

Enquanto esses recursos continuarem a ser usados enquanto mecanismo da política fiscal como válvula de escape para cumprimento do superávit primário, os déficits no campo da Seguridade social, não serão sanados. “A sustentação financeira com possibilidades de ampliação e universalização dos direito, assim, não será alcançada com ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011 p. 172).

Em meio a esse processo de disputa mais ampla entre trabalhadores e capital, o uso de algumas ferramentas constitucionalmente instituídas são essenciais. Destaca-se na discussão da política e sua efetivação, os mecanismos de controle social.

Os conselhos tem grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas, e ações que podem beneficiar milhares, milhões de pessoas, e de aprofundamento da democracia, há também dificuldades para a realização dos sentidos da participação e pleno desenvolvimento (BEHRING, BOSCHETTI, 2011 p. 178).

Muito embora a conjuntura que a nós se apresenta não seja favorável ao controle social democrático, visto os pontos aqui já mencionados de duras e estratégicas investidas ao que se preconiza na Constituição Federal de 1988 (a exemplo dos acordos com o FMI), este ainda nos é uma importante conquista e instrumento de luta e resistência. Cabe à sociedade civil organizada, usar deste para emancipação da classe trabalhadora e não como meio de manipulação governamental.

A partir da tentativa de abordar o percurso histórico da política social para implementar-se e efetivar-se como direito e suas inúmeras nuances e desafios, tem-

se uma noção de que esse atrelamento da política social à política econômica ocasionou impactos sérios aos problemas conclamados pelas classes trabalhadora, decorrendo no acirramento das expressões da questão social.

Behring e Boschetti(2011), usam de dados do *Radar Social*, um documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, que avalia as condições de vida no Brasil, onde demonstra-se que apesar dos pequenos avanços, no Brasil ainda há uma persistência da pobreza e desigualdade social. Mesmo com os programas focalizados, e a alguma recuperação do poder de compra do salário mínimo, vêm tendo um efeito de diminuição da indigência, mas sem alterar a pobreza e a desigualdade.

Nesse quadro apresentado, destaca-se como latente a situação das da população negra que no índice de 44,1%, possuem renda inferior a meio salário mínimo. Além da taxa de desemprego e a informalidade que cresceu verticalmente. Estes índices vêm acompanhados das taxas de analfabetismo, no nível de insegurança, expectativa de vida e da concentração da pobreza.

Diante dessa realidade socialmente exposta, não se pode usar de visão messiânica de que a política social seria solução de todas as mazelas sociais decorrentes do capitalismo.

A política social, no contexto do Capitalismo em sua fase madura, não é capaz de reverter esse quadro, nem é essa sua função estrutural. Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromisso com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vistas elevar o padrão de vida das majorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 190).

Em tempos de acirramento das expressões da questão social, como consequência das renovações do sistema capitalista, uma das formas de resistência é conhecer e compreender como funciona a lógica do capital e como se estruturam as políticas e os direitos socialmente adquiridos, para assim buscar reatualizar as estratégias de luta e enfrentamento contra os desmontes de direitos. Mesmo que os prognósticos da política social no Brasil não sejam os melhores, as lutas democráticas e dos movimentos sociais tem sido essencial para que as conquistas sejam efetivadas (MOTA, 2010).

Portanto, como mencionado a questão social em suas inúmeras expressões, intrínsecas ao sistema vigente, não serão sanadas a partir da efetividade das

políticas sociais e de uma seguridade social de fato existente. Contudo é necessário usar da luta para a ampliação dos direitos e de inovações favoráveis para a classe trabalhadora no campo das políticas sociais, almejando sempre melhorias nas condições de vida e de trabalho, tencionando a luta de classes tendo-a como realidade gritante e necessária.

3- O LUGAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O GERENCIAMENTO DA POBREZA.

A assistência social enquanto integrante do tripé da Seguridade Social, constituindo-se como política pública não contributiva, segundo os termos da Constituição Federal de 1988, “para os que dela precisarem”, contou com todas as dificuldades de implantação e implementação inerentes ao Estado capitalista, no que diz respeito a sua efetivação.

Este mesmo Estado capitalista, em um processo contraditório e de correlação de forças entre as classes sociais, tende a pender para um lado e outro, na medida da pressão de um dos lados, buscando um suposto “equilíbrio”.

Essas “concessões” dadas à classe trabalhadora, como iniciativas de cunho social, em muitos países são denominadas como “*Welfare State*” ou Estado de Bem Estar Social, ao qual Boschetti (2016) caracteriza como termos cheio de intencionalidades que visam velar a real natureza das ações sociais do Estado capitalista, justificando uma capacidade de assegurar o bem estar.

A referida autora, ao abordar acerca da seguridade social e o papel das políticas sociais problematiza acerca das nomenclaturas atribuídas a essas iniciativas de cunho social, assumindo a posição teórico-política de denominá-lo de “Estado Social”, qualificando esse termo enquanto categoria e não como conceito.

Designar de ‘Estado Social’ a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. (BOSCHETTI, 2016, p. 24)

Nessa perspectiva, compreende-se que as políticas sociais, apesar de instituírem um sistema de direitos e deveres, não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, pois apesar de alterarem o padrão de desigualdade, não são capazes de superá-la, ou mesmo suprimir a morfologia estruturalmente capitalista (BOSCHETTI, 2016).

3.1- O Estado social capitalista: trabalho e contradições

Nascido na contraditória relação entre a luta da classe trabalhadora e necessidades do capital, o Estado social, estabeleceu iniciativas no campo da seguridade social, como forma de amenizar as expressões da questão social decorrentes da relação capital e trabalho, impondo assim, limites aos gastos do capital, e ao mesmo tempo, sendo por este limitado (BOSCHETTI, 2016).

Para a compreensão do Estado social e sua funcionalidade, a categoria “trabalho” é um eixo fundamental. “Trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” (Braz e Netto, 2012, p.41), sendo inclusive, por este constituída a humanidade.

Para Boschetti (2016), o trabalho, no capitalismo, é subsumido pelo capital, perdendo seu sentido como atividade criadora para a sociabilidade humana emancipada, sendo assim, incorporado como categoria universal e atividade naturalizada de produção e troca, em dissonância com seu significado no processo de composição do capital.

Tendo como base fundante o lucro e acumulação por meio da extração da “mais valia” sobre o/a trabalhador/a, o capitalismo dispõe ainda de outra ferramenta oriunda do processo de desenvolvimento e centralização, designado por Engels e Marx como “exército industrial de reserva”, que correspondente a um grande número de trabalhadores/as desempregados/as.

Braz e Netto (2012) analisam ainda, que esse número de desempregados/as “permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo” (p. 147), sendo assim um valioso instrumento para a exploração.

Fruto dessa exploração e extração da mais-valia, a acumulação capitalista impacta a/o trabalhador/a de muitas formas além do desemprego. “Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital” (BRAZ e NETTO, 2012, p. 148).

Sobre esta questão, Boschetti dirá

A inevitável evidência de impossibilidade de estabelecimento de pleno emprego no capitalismo coloca a assistência como âncora na extremidade da fronteira entre trabalho e não trabalho e se associa à tendência geral das políticas sociais de 'ativar' os trabalhadores (e as vezes mesmo as pessoas com certas incapacidades/deficiências) a perseguir o caminho da busca de um trabalho cujo horizonte parece cada vez mais inacessível" (BOSCHETTI 2016, p.166)

A compreensão dessas categorias e da lei geral da acumulação faz-se cada vez mais necessárias para se apreender a totalidade do que seria a tão mencionada 'questão social', como fruto dessa relação capital e trabalho, e que se expressa nas mais variadas maneiras, que vem a ser o objetivo de alcance das políticas sociais.

A 'questão social' é determinada por essa lei; tal 'questão', obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o MPC. Imaginar a 'solução' da 'questão social' mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e reproduzir sem a acumulação do capital. (BRAZ e NETTO, 2012, p. 152) ¹

Nesse processo, um Estado de cunho social, ou mais "atento" às demandas do capitalismo emergente e suas contraditoriedades, surge como estratégia de manutenção desse sistema e de busca pelo "equilíbrio social" ou mesmo a legitimação de governos.

A relação entre a política organizadora e reguladora do Estado e as demandas sociais acaba por expressar-se no exercício de funções contraditórias, permeadas tanto pelos interesses da acumulação como a busca da legitimidade. É nesse sentido que afirma-se que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambiguidades que permeiam os diversos interesses em contraposição (Yazbek, 2016, p.55).

Boschetti (2016), ao discutir acerca dessa contraditória relação do Estado Social capitalista, expõe que,

A natureza do Estado social está em sua função de atuar na garantia de condições necessárias à reprodução do capital e à exploração inerente da força de trabalho, o que significa ter que assegurar a acumulação contínua do capital. Mas, ao mesmo tempo, o Estado social deve responder as

¹ MPC: Modo de Produção Capitalista, sigla usado pelos autores.

demandas e necessidades sociais sob a pressão da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração e a dominação capitalista (BOSCHETTI, 2016, p.63).

Para Silva (2014), entender a questão do trabalho como fator determinante para inserir os sujeitos na estrutura social, significa dizer que a ausência na participação de qualquer atividade produtiva, é reservar a estes sujeitos à condição de excluídos.

A relação entre assistência social e trabalho é entranhada por uma tensão insolúvel na sociabilidade capitalista. Em contexto de agudização da crise do capital e da redução do “Estado social” universal, a assistência social participa mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política subsidiária nos regimes de proteção social, mas na condição de política central de garantia de um recurso que monetário mínimo necessário ao consumo e à reprodução da força de trabalho (BOSCHETTI 2016, p.171).

Nessa linha de análise, Boschetti pontua que o trabalho e a assistência social, possuem fortes e também contraditórias relações, desde as origens das relações capitalistas, em uma relação de atração e rejeição. A rejeição acontece por conta daqueles que têm o “dever” de trabalhar, mesmo não conseguindo e precisam da assistência social, mas não conseguem acessá-la, dessa forma o trabalho impugna a assistência social. A atração ocorre porque na ausência de um deles, impele a/o trabalhador/a para o outro, mesmo que este também não consiga o almejado.

A assistência social e trabalho, assim, se conjugam na regulação das relações sociais capitalistas emergentes como esferas antagônicas: assistência social mínima aos incapazes e trabalho forçado aos capacitados para o trabalho. Pode se considerar, portanto, que desde as origens da acumulação primitiva, a participação das protoformas da assistência social na mediação do processo de reprodução social era mais diretamente relacionada à superpopulação relativa estagnada e, situação de pauperismo e incapacitada ao trabalho (BOSCHETTI, 2016 p. 91).

Dessa forma, pode-se afirmar que a contradição do processo em que se funda o Estado social e a relação que se estabelece com o sistema capitalista são notórias. E a constituição da assistência social como direito no solo brasileiro, não foi diferenciado dos demais países, entretanto resguardou as suas particularidades históricas, políticas e sociais, próprias dessa “nova” realidade.

3.2- A Seguridade Social e Assistência social no Brasil.

Partindo do pressuposto da impossibilidade de realizar qualquer estudo, análise de processos ou de conjuntura, sem realizar uma abordagem histórica que levou a determinada situação, não se pode compreender o processo que levou à constituição da seguridade social, ou mesmo à assistência social no Brasil, sem perceber toda conjuntura que a impeliu.

Como mencionado no capítulo anterior, os trajetos históricos vivenciados no Brasil, como: as intervenções no período da Nova República (a partir dos anos de 1930), que rompeu com o modelo agrário-exportador transitando para o urbano-industrial, a ditadura militar (1964-1980) e o processo de redemocratização atrelado às propostas neoliberais, que foram determinantes para a constituição do Estado social brasileiro, deixaram marcas históricas com graves heranças e consequências.

E ainda, não é novidade que a assistência social, foi elevada à condição de política pública e direito, a partir da Constituição de 1988, lançando bases para sua efetivação nos moldes que temos hoje, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Desde a Constituição Federal de 1988, portanto, a proteção social apresenta-se como um novo campo, ou seja, da efetividade de direitos, e a Política de Assistência Social como responsabilidade estatal é campo de consolidação dos direitos sociais (SILVA, 2014, p. 93).

Foi necessária, uma árdua luta no campo das políticas sociais para a ocorrência de um adequado sistema de proteção social orientado pela participação social, restando ao Estado uma nova postura, principalmente como interventor dessas políticas sociais.

Para a efetivação da Constituição, foi necessária a organização de um processo de inúmeros debates sobre soberania e o funcionamento da Constituinte, para garantir assim o papel político da transição institucional e debater o processo de redemocratização. As regras de transição foram determinadas pelo Executivo, e a Assembleia indicou o regimento interno e redigiu a Constituição.

A construção do futuro projeto deu-se de forma para dentro, de partes para o todo. Vinte e quatro subcomissões temáticas recolheram sugestões, realizaram audiências públicas e formularam estudos parciais. Estes foram

reunidos em blocos de três a três, através de oito Comissões de Sistematização organizou o primeiro anteprojeto, em 15 de julho de 1987. A partir daí, tem-se a tramitação formal, com emendas, pareceres e votação. Muitos impasses, negociações, confrontos. Ao todo foram apresentadas, durante várias fases de comissões, sistematizações, primeiro e segundo turnos no plenário, 65.809 emendas. Existiram nove projetos, desde o de 15 de julho de 1987 até o último, a redação final, em setembro de 1988 (COELHO, 1998, p. 4 apud COUTO, 2004, p. 154-155).

Embora muitos dos constituintes eleitos tenham sido representações dos partidos conservadores, notou-se na constituinte certa preocupação em relação às desigualdades sociais no país, logicamente numa coalizão de forças entre os representantes de esquerda e direita. E como resposta a estes anseios, foi elaborado o sistema de seguridade social, instituído no artigo 194 da Constituição que dizia: “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988).

Apesar dos muitos processos em que prevaleceram os interesses elitistas existentes historicamente no Brasil, considera-se um avanço importante para o país o sistema de proteção social, juntamente com o tripé da seguridade social, fato este que vem garantir, mesmo que via legislação, os direitos da classe trabalhadora que cotidianamente luta para sua efetivação.

Um dos grandes desafios da política de assistência social na sociedade brasileira é romper com as barreiras conservadoras que se fazem presentes em muitas práticas. Apesar de essa política possuir diretrizes que orientam o que ela pressupõe a partir da centralidade e primazia do Estado que juntamente com os entes federados buscam ultrapassar obstáculos construídos historicamente (SILVA, 2014, p. 92).

Couto (2004), afirma que ao realizar uma análise da realidade brasileira, pode-se dizer que não há compatibilidade entre assistência social e direito social, devido à assistência social possuir uma origem voltada para práticas assistencialistas e clientelistas, desarticuladas à noção de direito.

Segundo ela, o avanço de ideias referentes aos direitos humanos e o suprimento das necessidades oriundas da relação capital e trabalho, exigiram mais da legislação, necessitando de uma estrutura que respondesse a estas, além da necessidade de atender uma população sem espaço nas políticas trabalhistas, sendo assim conduzidas à assistência social.

Essa nova concepção de assistência como direito à proteção social tem enormes desafios no enfrentamento da questão social e na afirmação de uma política social pública que supõe a redução de fragilidades às vulnerabilidades e aos riscos sociais a que todos estão expostos, por meio de caráter preventivo (SILVA, 2014, p. 92).

Ademais é importante o reconhecimento de que essa mudança de perspectiva deu-se a partir do processo de participação política da sociedade, e da pouca disputa de projetos para a área da assistência social. Assim na possibilidade de conquista, foi definida a assistência social, como integrante da seguridade social, nos artigos 203 e 204.

Essa inserção, bastante inovadora, introduz o campo da assistência social como política social, dirigindo-se a uma população antes excluída do atendimento na ótica dos direitos. Sua definição impõe compreender o campo assistencial como o da provisão necessária para enfrentar as dificuldades que podem ser impostas a qualquer cidadão e que devem ser cobertas pelo Estado (COUTO, 2004, p.170).

No entanto, mesmo depois da garantia em lei da assistência social, só após cinco anos de Constituição Federal, quando o presidente Itamar Franco encaminhou ao congresso a Lei nº 8.742/93, que regulamentou a assistência social como política social de cunho público e não-contributiva, é que esta foi credenciada no campo dos direitos sociais, sendo assim a última área da seguridade social a ser promulgada (COUTO, 2008).

O fato de ter sido a última no campo do direito a ser promulgada, não passa despercebido pela autora. Considera-se que todo esse processo tardio, decorre do preconceito e a baixa densidade política destinada à área, além da rearticulação de forças conservadoras que apontavam a limitação das intervenções estatais.

Inegavelmente, a Loas não apenas introduz um novo significado para a assistência social, diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de Seguridade voltada à extensão da cidadania dos setores mais vulnerabilizados da população brasileira, mas também aponta a centralidade do Estado na universalização e garantia dos direitos e de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania (YAZBEK, 1997, p. 9 *apud* COUTO 2004, p 175).

A assistência social, contou com iniciativas de todos os governos após a promulgação da LOAS, umas de maneiras restritivas e outras mais incisivas.

O governo de Itamar Franco (1992-1995), foi marcado pela aprovação da LOAS, porém, ressalta-se que só foi possível após muita pressão popular e a partir da criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Na gestão de FHC (1995-1999), se iniciaram as discussões para que a lei ganhasse reconhecimento, sendo criada a Medida Provisória nº 813/95 que instituiu o “Programa Comunidade Solidária”, paralelo ao Conselho Nacional de Assistência Social, que visava coordenar ações governamentais direcionadas às parcelas da população que não dispunham de proventos para necessidades básicas, em especial à fome e à pobreza. Além disso, pela MP nº 813/95 extinguiu, apesar das controvérsas, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério de Bem-Estar Social (MBES), dando corpo assim a sua política de redução do Estado, com o discurso de modernizar a administração pública e abolir as práticas clientelistas.

E ainda, a área da criança e do adolescente e das pessoas com deficiência, foi transportada para o ministério da justiça, criando assim, Conselho Nacional de Assistência Social dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão desse ministério e Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência, como atrelada à Secretaria dos Direitos da Cidadania.

Uma avaliação do Governo Fernando Henrique Cardoso aponta que, entre 1994 e 1998, não houve progressos no campo da assistência social. Além de não terem sido implementados os mecanismos garantidos pela LOAS, ocorreu uma redução no número de atendimentos nos serviços. O número de crianças em creches caiu de 1.652.337 em 1994 para 1.309.985 em 1998; o número de idosos atendidos passou de 235.878 para 226.773; e as pessoas portadoras de deficiência tiveram seu atendimento reduzido de 117.464 para 112.520 (Bosquetti, 2001:63). Esses dados estão associados à extinção da LBA, que, antes, em conjunto com municípios e entidades privadas, era responsável pelo atendimento (COUTO 2004, p. 180).

Pode-se perceber que o governo de FHC, na perspectiva da implementação do Estado neoliberal, em restringir o papel do Estado, com baixo investimentos e políticas focalizadas, fez emergir novamente a ideia de canalizar este campo para o âmbito privado, da solidariedade caritativa, deconsiderando a legislação e o avanço da área da assistência social.

No campo da assistência social, o caráter universalizante é trocado por políticas residuais, vinculadas a critérios clientelistas, como os do Programa Comunidade Solidária. Os mecanismos de controle social são dificultados sobremaneira, pois as decisões das conferências nacionais de assistência social, bem como dos conselhos, pouco têm sido ouvidas nos seus encaminhamentos da política – ver a aprovação desde 1997(sic), com o compromisso público do presidente Fernando Henrique Cardoso, da alteração do critério de renda do BPC para um salário mínimo *per capita* e do percentual de 5% da verba da seguridade social para a assistência social, decisões estas que não conseguiram sair do papel (COUTO 2008, p. 182).

O governo Lula (2003-2010), destacou-se por alguns avanços na área social, sem no entanto, romper com a lógica neoliberal. A aprovação da nova proposta para a Assistência Social, pelo SUAS, colocando a Assistência Social, como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro, demarcou-se como grande destaque em sua gestão, além das políticas de enfrentamento à pobreza, como o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF unificou os antigos programas de transferência de renda citados anteriormente, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Atende a famílias que possuem renda familiar *per capita* de até R\$ 140,00, cuja seleção é feita de forma automatizada pelo governo federal e leva em conta as informações da base nacional do Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico), em como as estimativas de famílias pobres de cada município (SILVA, 2014, p.63).

O PBF, na gestão do governo Lula, transformou-se no grande legado no combate à fome e à miséria e por ser uma política de eixo transversal, ou seja, que abrange outras áreas por meio das condicionalidades. Assim, as famílias beneficiadas necessitam manter a frequência dos/as filhos/as na escola e em casos de mulheres grávidas precisam realizar acompanhamento médico.

O governo Lula alterou enfim a rota de resistência à formalização da assistência social como direito e como política pública e de bloqueio às suas regulamentações pendentes, inaugurando um novo marco regulatório que alça a assistência social ao seu devido estatuto formal de política social pública integrante da Seguridade Social Brasileira e institucionalizando o Sistema Único de Assistência Social. (SILVA, 2015,p.55)

Segundo Silva (2014), o governo Lula esforçou-se em implementar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), promovendo debates incluindo os diversos municípios e estados do Brasil, buscando consolidar a política de assistência social como dever do Estado, mas mesmo assim não desvincilhou-se do neoliberalismo.

As políticas sociais permanecem seguindo os modelos designados pelos agentes internacionais, sofrendo cortes e ajustes em suas formas de financiamento, repercutindo pouco em alterações para a população desfavorecida e ampliando timidamente suas formas de atendimento nos serviços (SILVA, 2014,p. 65).

O governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), deu continuidade às linhas de ação de enfrentamento à pobreza do governo Lula, afirmando o compromisso de “erradicar” a pobreza. A exemplo, citamos o “Plano Brasil Sem Miséria”, que visava ampliar as ações na área social, e focava-se na garantia de renda e posterior geração desta, no acesso a serviços para melhorar condições de educação, saúde, assistência e cidadania das famílias atendidas. Alguns programas foram mantidos como o Bolsa Família, que teve um acréscimo no valor e outros implantados como o “Ação Brasil Carinhoso”.

Contudo, o segundo mandato da presidenta, foi interrompido por um processo de *impeachment*, aprovado pelo Poder Legislativo brasileiro e, posteriormente, pelo Judiciário. Em um turbulento momento de instabilidade política, econômica e social, ficou explícita a correlação de forças e de interesses antagônicos que conduziu a esse processo, sendo denominado pela esquerda brasileira (e internacional) como um Golpe parlamentar e jurídico.

Na análise de Leonardo Boff, teólogo, escritor e crítico social, o ocorrido foi fruto da insatisfação de uma classe social, que sentia ameaçado seus privilégios sociais.

Tudo indicava que, com quatro eleições ganhas, apesar dos constrangimentos sistêmicos, se consolidava um outro sujeito de poder, vindo de baixo, das grandes majorias oriundas da senzala e dos movimentos sociais. Estas começaram a ocupar os lugares e usar os meios antes reservados à classe média e aos da classe do privilégio que, no fundo nunca aceitou o operário Lula e nunca se reconciliou com o povo, antes o desprezava e humilhava. Foi aí que os antigos donos do poder despertaram raivosamente, pois poderiam pela via do voto nunca mais chegar ao poder. Instaurada uma crise político-econômica sob o governo Dilma, crise cujos contornos são globais, a classe do privilégio aproveitou a oportunidade para agravar a situação e, pela porta dos fundos, chegar ao Planalto. Criou-se uma articulação nada nova, já ensaiada contra Vargas, Jango e Juscelino Kubischek (sic), assentada sobre o tema moralista do combate à corrupção, salvar a democracia (a deles que é de poucos). Para isso era necessário suscitar a tropa de choque que são os partidos da macroeconomia capitalista (PSDB, PMDB e outros), apoiados pela imprensa empresarial que foi o braço estendido das forças mais conservadoras e reacionárias de nossa história com jornalistas que se prestam à distorção, à difamação e diretamente à difusão de mentiras (BOFF, 2016, *online*).

Com a consolidação do impeachment assumiu a presidência o vice Michel Temer (2016), que em seus primeiros meses de mandato, inferiu duros ataques às conquistas da classe trabalhadora, tanto no campo da Seguridade Social como em outros campos de direitos, apressando a aprovação de um pacote de emendas que atingem diretamente a população massiva usuária da assistência social.

Além disso, têm-se investido em programas retrógrados, de caráter paliativo, que supervalorizam o voluntariado em detrimento dos/as profissionais formados/as para o campo da seguridade social e especificamente, a assistência social, como o “Programa Criança Feliz”, ao qual o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em seu documento “CFESS MANIFESTA” denomina como “um Programa que, na essência, prioriza o ‘terceiro setor’, indo na contramão da LOAS e do SUAS, que priorizam a execução direta do Estado nos serviços, programas e projetos”(CFESS MANIFESTA, 2017).

3.3- A Implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil

Segundo Silva (2014), o modelo brasileiro de proteção social, não contributivo, ou a assistência social, moldou-se para cumprir três funções: a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos Socioassistenciais.

No modelo de proteção social brasileiro, estão inclusos três níveis de proteção e serviços: a proteção social básica, a proteção social especial de média complexidade e a de alta complexidade. A função da vigilância social é uma nova área para a política e exige conhecimentos, ferramentas e capacidades atualizadas para detectar e monitorar as ocorrências de vulnerabilidade, riscos e fragilidades que possam causar a desproteção além da ocorrência de riscos e vitimizações. E a função de defesa de direitos trata dos procedimentos utilizados pelos serviços no alcance dos direitos socioassistenciais e na criação de espaços de defesa para além dos conselhos de gestão da política (SILVA, 2014, p. 93-94).

Como grande conquista no campo da proteção social, para firmar o pressuposto na CF/88, demarca-se a Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS (8.742/1993), a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004) e o Sistema

Único de Assistência Social-SUAS (12.435/2011), além de outras complementares, como Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Estatuto do idoso, e outras.

O SUAS altera a lógica que regula a inserção dos sujeitos na política, historicamente, compreendidos razão da incapacidade para o trabalho ou vulnerabilidades decorrentes dos ciclos geracionais, orientando-se, agora, pela inclusão de cidadãos famílias e grupos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. É importante pontuar que essa inovação traz um debate relevante sobre a população usuária, pois ao defini-la, a descola da condição de classe social subalterna, condição fundamental para discutir sobre os usuários e a proteção social que cabe à Assistência Social (SILVA, 2014, p.94).

Yazbek (2016) usa a categoria Gramsciana de *subalternidade* para referir-se ao conjunto das diversas e contraditórias situações de dominação e assim nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais e da assistência social designando a subalternidade como parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política.

A PNAS utiliza os termos vulnerabilidade e risco social, para caracterizar a situação em que se encontra o público que costumeiramente recorrem à Política de assistência social.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 33).

Esta prevê um sistema de rede de serviços e benefícios nas redes de Proteção Social Básica, de Média e Alta Complexidade, que deve garantir ao/às usuários/as, segurança de acolhida de sobrevivência e de convívio familiar.

A Proteção Social Básica, objetiva prevenir situações de risco, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e valorizando as potencialidades. Tem como destinatários os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social, por conta da pobreza ou fragilização de vínculos familiares e/ou afetivos. (BRASIL, 2005)

A Especial é direcionada às famílias ou indivíduos em situação de risco pessoal e social, seja por maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, abandono, situação de rua, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil ou outros (BRASIL, 2005).

Um ponto limitador para a política de assistência social é ainda ser compreendida pelos/as usuários/as como “ajuda”, como uma maneira de reajustá-los/as perante a sociedade. Considerando, ainda, os/as profissionais que atuam na execução dessa política por meio das instituições, como solucionadores/as dos “problemas” daqueles/as que não possuem conhecimento para recorrer ao que é seu como direito.

Silva (2014) constata que a PNAS ainda não incorporou na vida da grande maioria dos/as usuários/as, a definição do público-alvo previsto.

Ela permanece definindo os sujeitos atendidos como aqueles pertencentes à classe subalterna, que necessitam de “ajuda” e de “reorganização perante a sociedade”, inclusive sem se perceberem como sujeitos dessa mesma sociedade (SILVA, 2014, p. 96).

Entre os princípios definidos pelo SUAS, destaca-se o da matricialidade sociofamiliar e o da descentralização político administrativa e territorialização. O conceito de família é traduzido como a instância mais básica, em que a identidade social é desenvolvida.

A defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (BRASIL, 2010).

Assim, a família é posta como núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, sem, contudo restringir as responsabilidades públicas.

Para Silva (2013, p.107), o princípio da territorialização necessita do “entendimento da dinâmica, presente nos espaços territoriais e de seus de determinantes para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como para o seu enfrentamento”.

O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de assistência social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade; a possibilidade de aplicar o princípio de prevenção e proteção pró -ativa, nas ações de assistência social; a possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2010, p.17).

Essa definição de território, para Silva (2014) constitui-se como um grande avanço para a Política de Assistência Social, visto que vai além do espaço de territorial, geográfico, considerando o espaço “vivido” pela população que lá se encontra.

Ela também traz ao debate, os riscos que podem constituir esse debate, a exemplo dos estigmas que os sujeitos, pela definição de vulneráveis, podem trazer para a população que lá habita, criando a imagem de territórios de pobreza, ou mesmo os conceitos usados para categorizar as vulnerabilidades e riscos sociais, responsabilizando o indivíduo por sua condição sem considerar, que as situações enfrentadas estão determinadas pelos processos sociais em que estão inseridos, logo sendo uma condição social coletiva.

Outro debate apresentado por Silva (2014), diz respeito à centralização da PNAS apenas no indivíduo e sua família, perdendo assim sua dimensão de classe, sem a perspectiva de coletivização e politização das demandas.

Contudo, apesar de todos os avanços e conquistas no campo das políticas sociais, não se pode esquecer ou abrir mão do caráter contraditório que estas se encontram.

O reconhecimento da assistência social como direito no âmbito do Estado social capitalista não foi capaz de superar a inerente tensão entre assistência social e trabalho – embora possa tê-la diluído no em alguns contextos e condições específicas – porque se trata de uma tensão insolúvel na sociedade capitalista determinada pela exploração do trabalho como condição para extração da mais valia” (BOSCHETTI, 2016, p.76).

Para Yazbek (2016), no Brasil a assistência social se estrutura “ao sabor do casuísmo histórico”, em bases ambíguas e difusas, não ofertando um atendimento digno aos seus/suas usuários/as, embora a pauperização no país apenas resulte também da “organização social, política e econômica da sociedade”, e assim é

abordada geralmente a partir de sua forma aparente, como “ajuda pontual” e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social.

Na configuração atual do capitalismo brasileiro, recorrem aos serviços sociais público tanto trabalhadores (registrados ou não) como os que se encontram excluídos do sistema de produção. O crescimento acelerado da mão de obra, sobretudo de baixa qualificação, constitui uma característica histórica do processo de acumulação no país (YAZBEK, 2016, p. 59).

Além de que “as políticas governamentais no campo social, embora expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país e mantém essa área de ação submersa e paliativa” (Yazbek, 2016, p.55)

Nessa perspectiva, entende-se que o orçamento público destinado à execução das políticas da seguridade social, acontecem de maneira restrita, compondo assim a estratégia de minimização da política e não favorecendo a emancipação dos sujeitos que são o alvo dessa política.

Avançar não somente na ampliação do fundo público para a prestação de serviços socioassistenciais e transferências de renda, mas também na consolidação da política pública como afirmação de direitos e *locus* privilegiado de ampliação do protagonismo dos sujeitos, tarefa difícil em tempos de desproteção social, marcada pela ordem capitalista vigente” (SILVA, 2014, p. 109).

Com isso é necessário uma gestão pública descentralizada de fato nas ações e no repasse das verbas para a efetivação de ações pelas entidades sociais, mediando ações de benemerência ou caridade, e criando soluções e respostas às necessidades de proteção social da maioria da população, por meio, inclusive de ações de prevenção social na rede estatal (SILVA, 2014).

Em meio a todas essas questões, encontram-se os profissionais responsáveis pela implementação e efetivação da política de assistência social, que devem lidar com as nuances e desafios impostos por estas. Destaca-se aqui a condição do/a assistente social, como profissional capacitado e inserido/a na divisão sociotécnica do trabalho, que vende sua força de trabalho atendendo às demandas institucionais as quais se insere e sendo coerentes aos compromissos do projeto ético-político da profissão.

Torna-se essencial que os profissionais assumam um espaço fundamental na Política de Assistência Social, reconhecendo essa vinculação histórica

com a assistência, porém superando a ideologia do assistencialismo, ainda evidenciada na visão dos próprios usuários, para que avancem nas lutas e reconhecimento de direitos e pela cidadania. É preciso que saibam perceber que a política pode servir tanto para ações que reiterem a subalternidade dos sujeitos quanto para ações que busquem a superação dessa condição de subalternidade (SILVA, 2014, p. 104-105).

Contudo é inegável o fato de que, está imposto aos/às profissionais de serviço social o desafio de atuar mediante às contradições e condições impostas pela instituição maior empregadora: o próprio Estado, que nesse processo contraditório, favorece uma classe em detrimento da outra, com duras investidas, seja no campo dos direitos adquiridos constitucionalmente ou no repasse de recursos para que estes se materializem.

Nesta perspectiva, a superação de práticas conservadoras e que limitem o amplo horizonte da profissão, comprometidas com um projeto societário vislumbrado a partir do projeto ético-político profissional e rompendo com os costumes e valores de ordem moral, faz-se urgente.

Além dos muitos desafios impostos para o exercício profissional, a conjuntura atual de cortes de orçamento, reduzindo cada vez mais o Estado social, com ataques ferrenhos às iniciativas dessa área, o avanço do conservadorismo que ataca direitos humanos e sociais em nome da “ordem e progresso”, impele a profissão pautada em seus fundamentos críticos a uma organização coletiva de enfrentamento e luta pela permanência da profissão, ao qual discorrerá a próxima sessão.

4- O ADENSAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO GOVERNO ILEGÍTIMO DE MICHEL TEMER E OS DESAFIOS AO TRABALHO PROFISSIONAL.

Os anos que seguem à deposição da presidenta Dilma Rousseff, não tem sido os mais promissores à classe trabalhadora deste país.

Com a desvelada guinada aos pressupostos neoliberais (ou como preferem chamar os setores da classe que domina as esferas governamentais), a “guinada ao desenvolvimento econômico”, têm na verdade repassado às classes subalternas e destituídas de poder econômico a conta da “crise econômica”. Ela chega por meio de cortes orçamentários, projetos de leis e emendas constitucionais, que atacam as conquistas da classe trabalhadora.

Não há novidades na afirmação de que a acumulação capitalista não condiz com igualdade e equidade. O desenvolvimento da produção, dos avanços tecnológicos, da globalização apresentam outro lado: o da exclusão, da pauperização. A questão social torna-se mais latente e exige novas mediações ao serviço social, visto que este possui nesta a sua base de fundação e especialização do trabalho.

Questão social apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p.27).

Entretanto, não se pode ignorar que a história não é estática e que não existem fatos e ações isoladas ou desligadas entre si. A política neoliberal que agora aparece nua aos olhos, existe e persiste há alguns anos e em muitos governos, inclusive naqueles que tiveram apoio massivo dos diversos segmentos da classe trabalhadora e dos subalternos. A exemplo o governo Lula, que apesar dos avanços na área social, não abriu mão do neoliberalismo, mas apresentou-se com uma roupagem “social-liberal”.

Como mencionado no capítulo anterior, os governos petistas (Lula e Dilma) destacaram-se pelas iniciativas nas áreas sociais, entretanto, o compromisso marcado com os movimentos sociais e demais setores da classe trabalhadora, não foram em si cumpridos. Nestes, as políticas de ajustes fiscais e concessões à grandes empresas e multinacionais, andavam aliada às iniciativas que possibilitavam o acesso a políticas sociais por parte da classe trabalhadora em situação de extrema pobreza, como estratégia de não fazer as reformas necessárias à distribuição das riquezas socialmente adquiridas.

Para Castilho (2017), os programas que tiveram destaque nos governos petistas, especialmente os de transferência de renda, foram decisivos para responder à agudização das expressões da “questão social” e dar continuidade às ações assistencialistas, pulverizadas, fragmentadas e focalizadas, na perspectiva de “políticas pobres para os pobres”.

Além disso, muitas delas foram direcionadas não mais pelo Estado, mas pelo chamado “terceiro setor” (organizações e instituições privadas), abrindo alas para um processo de privatização da política social, tomando sobre si a responsabilidade do Estado e atribuindo a este o papel de fiscalizador e gerenciador apenas.

Esta tendência tem sido tencionada com a implementação do SUAS operacionalizado na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e aprovado pela Resolução nº 130/2005 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A partir de então, criaram-se as bases para superar o velho modelo assistencialista, até então pautado na preponderância emergencial expressa em ações pontuais após a desproteção social revelada. A opção pelo SUAS reflete a primazia da responsabilidade pública de Estado, materializada em ações concretas resultantes de cooperação entre entes federados para assegurar o direito de acesso à renda, à acolhida e ao convívio a todos os cidadão em situação de desproteção social (BRASIL, [2016], p.10)

Contudo, não bastou-se as investidas costumeiras aos direitos sociais. A crise internacional de 2008, iniciada no governo Lula e materializada no governo Dilma, colocou em cheque o projeto “democrático-popular” petista, esgotando o suposto pacto de conciliação de classes e fragilizando a relação aparentemente harmoniosa entre políticas de enfrentamento à pobreza e o atendimento dos blocos hegemônicos de poder, paralisando as perspectivas de desenvolvimento econômico do país. Neste cenário, as reformas em favor do Projeto Neoliberal ganharam

espaço e as classes subalternas tiveram seus direitos renegados como solução para a crise (CASTILHO, (2017).

Derivado desse processo, o governo que se instaurou a partir do Golpe jurídico-parlamentar (e midiático), o governo de Michel Temer, cumprindo a tarefa que lhe foi atribuída, tem implementado um perverso plano de austeridade e de aceleração dos desmontes de direitos favorecendo os grandes oligopólios nacionais e internacionais de poder.

Em síntese, vemos de forma trágica o desmonte do Estado brasileiro, por meio da imposição de uma agenda neoliberal de cunho radical, que pretende, em curto tempo, alterar substancialmente as conquistas sociais tidas como privilégios, presentes na Constituição Federal de 1988 (CASTILHO, 2017, p. 458)

Muito do que fora conseguido às duras penas, como direitos da classe trabalhadora, estão sendo derrubados por medidas provisórias e leis (mesmo as de caráter inconstitucional), que tem sido aprovadas em todos os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Destaca-se aqui a “Reforma” Trabalhista (aprovada pela Lei nº 13.467/2017); a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos (aprovada Emenda Constitucional 95/2016), que “congela” os recursos destinados a fins de políticas públicas por 20 anos; e a “Reforma” da Previdência (com previsão de votação para fevereiro de 2018).

Foi aprovada na última Conferência Nacional de Assistência Social (como indicativo à retomada do caráter de luta do CNAS), no Eixo 4 “A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais”, a proposta de mobilizar o CNAS à “Plataforma dos Movimentos Sociais”, exigindo um referendo na forma da Constituição, pedindo a revogação da EC 95/2016.

Há ainda, outras “medidas sociais” de caráter paliativo, que tem sido postas em evidência, como é o caso do acima citado, “Programa Criança Feliz”. Este Programa, instituído pelo decreto nº 8.869, de outubro de 2016, representa o que há de mais retrocesso e conservador na política do governo Temer, pois além de instituir um programa que prioriza o “terceiro setor”, desconsidera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao desresponsabilizar o Estado de sua atribuição de ofertar os serviços públicos à primeira infância, valorizando a filantropia e a

pulverização dos direitos sociais, bem como desrespeita os espaços de controle social, operacionalizando um programa sem o aprofundamento do debate (CFESS, 2017).

Esse programa, infere também um duro golpe aos trabalhadores do serviço social. Ao estabelecer no seu art. 4º, a realização de “visitas domiciliares” por profissionais capacitados com “noções básicas” de serviço social.

Cabe destacar a lamentável fala do Ministro Osmar Terra, que disse que haverá equipamentos e ensino de técnicas de estimulação para ajudar as famílias e que os visitadores sociais serão o “anjo da guarda das crianças”. Serão contratados 80 mil visitadores sociais com capacitação de noções básicas de serviço social, os quais farão atendimento presencial e semanal às famílias do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de crianças acolhidas. Aí cabem mais questionamentos: o que significa “noções básicas de serviço social”? Qual o conteúdo da capacitação destes visitadores sociais e da intervenção junto às famílias? Em que medida esta intervenção não conflita com o exercício profissional de assistente social? (CFESS, 2017)

Na última Conferência de Assistência Social realizada nos dias 05 a 08 de dezembro de 2017, foi aprovada pelos congressistas representantes de trabalhadores/as, usuários/as e gestores/as do SUAS, como primeira proposta do eixo 3 que versa sobre o “Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefício e transferência de renda como garantia de direitos socioassistenciais”, a proposta de desvinculação imediata do Programa “Criança Feliz” do Ministério de Desenvolvimento Social- MDS e da Política de Assistência Social, exigindo a devolução integral dos recursos orçados para o Fundo Nacional de Assistência Social.

Outra grande investida do governo Temer, diz respeito à previsão de orçamento para a assistência no ano de 2018. Enquanto o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou por meio da resolução nº 12/2017, a proposta orçamentária da Assistência Social no valor de 59 bilhões para o ano de 2018, o Ministério do Planejamento estabeleceu um percentual de corte de despesas de 98,05%, e das despesas dos benefícios destinados às pessoas idosas e com deficiência em um percentual de 6,52%.

O CNAS enquanto instância de defesa dos direitos assistenciais manifestou-se em nota de repúdio, posicionando-se contra a arbitrariedade da ação e convocando os gestores, trabalhadores, usuários e entidades, em defesa do SUAS.

Em sua fundamentação, expõe que a assistência social representa cerca de 13,9 milhões de famílias do PBF, 14 mil entidades, 5570 municípios que ofertam os serviços e mais 600 mil trabalhadores/as no SUAS. E ainda, com a retirada dos recursos, os serviços ofertados iriam se extinguir relegando a própria sorte às famílias e usuários/as da proteção social básica, fragilizando ainda mais os vínculos e exigindo maior atuação posteriormente. Impossibilitando a inserção de novas famílias no Cadastro Único, porta de entrada para os programas assistenciais.

O CFESS manifestou-se também em uma moção de repúdio, posicionando-se contrário ao orçamento definido para a política de assistência, afirmando que este rompia com as bases estruturantes do SUAS, por descumprir com a continuidade dos repasses de recursos e por congelar os recursos necessários para a universalização de serviços e benefícios, precarizando as condições de trabalho dos mais de 600 mil trabalhadores/as.

Estamos, portanto, num período de contraofensiva capitalista às conquistas civilizatórias resultantes das lutas sociais, um ambiente extremamente destrutivo dos direitos sociais, de aniquilamento dos direitos humanos, de destruição da natureza, de criminalização dos movimentos sociais e de avanço acelerado do conservadorismo. O capital está destruindo a humanidade e agudizando os processos de pauperização, o que exige renovados desafios e contundentes respostas por parte da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2017, P. 62).

Dessa forma, é com base nesses fatos que afirma-se que o quadro ardilosamente planejado para a sociedade brasileira e orquestrado pelos grupos de poder desse país, inviabilizam a existência dos direitos e deixa explícita a decisão de desmonte do SUAS.

4.1- O/a assistente social e os desafios à efetivação do Projeto Ético-Político no contexto de contrarreformas neoliberais.

Em meio ao que se constituiu a realidade social brasileira, a partir da instabilidade econômica, política e social, marcada por inúmeros retrocessos, encontram-se profissionais responsáveis pela execução das políticas sociais, que atuam diretamente nos setores mais atingidos pelas “crises do capital”. Entre estes, encontra-se o profissional de Serviço Social, o/a assistente social.

A estes/as profissionais é posto o desafio de trabalhar nas mais diversas expressões da questão social, colocando-se como mediador/a do Estado capitalista, ao mesmo tempo, em que pode vir a ser um/a aliado/a das classes subalternas, atribuindo assim à profissão um caráter contraditório.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode se fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução dos antagonismos nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.75).

No Brasil, o Serviço Social enquanto profissão reconhecida na divisão social do trabalho consolida-se como integrante do aparato estatal ou de empresas privadas, sendo o seu profissional um/a trabalhador/a assalariado/a, circunscrito/a na reprodução das relações sociais e tendo o Estado como seu maior empregador.

Embora seja caracterizado judicialmente como um profissional liberal, não exerce de forma independente suas atividades, pois necessita dispor de condições materiais e técnicas. Porém possui certos traços que marcam uma prática liberal, a exemplo do caráter não rotineiro da intervenção, que possibilita a liberdade no exercício de suas funções (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

A institucionalização da profissão atribui ao/à assistente social a tarefa de atuar diretamente junto à classe trabalhadora, não derivando assim sua demanda de atuação dos alvos de seus serviços, mas do Estado como seu patrão, que remunera e estabelece metas de atuação junto aos setores dominados.

A demanda dos serviços profissionais tem, pois um, um nítido caráter de classe, o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado, um certo caráter “oficial” ao mandato recebido. Passa o profissional a dispor de um suporte jurídico-institucional para se impor ante o “cliente”, mais além de sua solicitação restando ao usuário aceitar ou não os serviços prestados, não podendo deles se subtrair (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.84)

A profissão ao romper com o pragmatismo conservador presente em sua gênese, a partir da formação crítica e militante de sua categoria, insere-se nas relações de trabalho como um profissional intelectualmente orgânico, dando ao profissional a opção (resguardado a liberdade como princípio ético) de deixar de ser

um/a mero/a executor/a para ser um/a articulador/a das massas, posicionando-se na luta de classes e reconhecendo a dimensão eminentemente política da profissão.

O assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do Capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.95).

Entretanto a profissão ao demarcar-se historicamente como crítica, interventiva e com um projeto profissional pautado e postulado a partir de uma postura de classe, aspirando um projeto societário, não pode esperar de seus profissionais uma postura aquém aos valores e princípios que norteiam o seu Projeto Ético-Político profissional (PEP), que nas palavras de Iamamoto, são radicalmente humanos e contrários aos valores capitalistas.

A demarcação do caráter crítico e interventivo da profissão é consolidada no Projeto Ético-Político profissional, que rompe definitivamente com o pragmatismo burocrático e rotineiro que reduziu por anos a profissão à mera executora de tarefas e atividades pré-estabelecidas.

Mas o que seria um projeto profissional? Qual a sua relevância para o Serviço social?

Netto (2006) para apreender sobre o PEP do Serviço social, discorre sobre projetos coletivos e societários. Segundo este, os interesses coletivos ou individuais da ação humana, implicam sempre em um *projeto*, isto é, “uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la” (p.02).

Explicita ainda, que entre os projetos coletivos estão os relacionados às profissões, que apresentam uma autoimagem da profissão, elencando valores, objetivos e funções, com requisitos próprios para o exercício e normas de comportamento para a relação com os usuários dos serviços, outras profissões, com organizações e entidades privadas ou públicas. A sua construção deve ser coletiva, ou seja, construída pela sua categoria e todos os membros que dão efetividade a sua profissão.

Como se deve supor, o corpo de profissionais é um campo de lutas e tensões e a consolidação de um projeto não é isenta disto, pois sua afirmação se dá pelo

debate, discussão e confronto de ideias, em detrimento de mecanismos coercitivos e excludentes e a garantia do pluralismo passa a ser um elemento essencial (NETTO, 2006).

O serviço social brasileiro, rompendo com o conservadorismo profissional, acompanhando o contexto sócio histórico da época na luta pela redemocratização, conseguiu instaurar na heterogeneidade de seu corpo profissional o pluralismo político. Aliando-se grande parte da categoria profissional à luta dos trabalhadores, incorporando suas aspirações democráticas e intensificando as vanguardas do serviço social na disputa por projetos societários.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários² (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político (TEIXEIRA E BRAZ, 2009, p. 05).

Ao considerar o pluralismo e a hegemonização de um projeto profissional supõe-se um “pacto” entre os membros, sobre os elementos que são *imperativos* e *indicativos*³. Entretanto não exime os aspectos imperativos de divergências, a exemplo dos códigos de ética, que mesmo com força legal, não se isentam de contestações a princípios e normas (NETTO, 2006).

O Projeto Ético-Político do serviço social consolida-se assim a partir: da Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8669/93), inserindo a profissão na divisão sociotécnica do trabalho; no Código de Ética profissional, (1993), posicionando a profissão com o compromisso com a população brasileira; e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996), que dispõe de orientações gerais para a formação acadêmica dos profissionais de serviço social.

Iamamoto (2015, p. 50), considera o projeto Ético-Político do Serviço Social, como “fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise

² Discorrendo sobre os projetos societários para a compreensão dos projetos profissionais, Netto (2006), os define como projetos coletivos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, com valores materiais e culturais para sua efetivação. Possuem caráter macroscópicos e expressam os interesses das classes, sendo também denominado “projetos de classes”.

³ Os elementos imperativos dizem respeito à obrigatoriedade para todos os que exercem a profissão. Os elementos indicativos versam sobre os aspectos em que não há um consenso mínimo e que garante o cumprimento rigoroso deste por todos os membros do corpo profissional (Netto, 2006).

da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democracia da sociedade brasileira”.

Contudo, muitos são os desafios para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, entre eles, está o de “transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo ao mesmo tempo uma maior atenção às estratégias táticas e técnicas do trabalho profissional.

4.2- O exercício profissional dos/as assistentes sociais no CRAS São Sebastião à luz do projeto ético-político: perspectivas e desafios.

O conhecimento da realidade empírica faz-se necessário quando há o interesse de se apreender o real em suas múltiplas determinações. Nessa perspectiva, buscou-se compreender como três profissionais de serviço social vislumbram seu exercício profissional no espaço sócio ocupacional em que estão inseridos/as, à luz do Projeto Ético Político Profissional e diante de toda a conjuntura que se desdobra para a prática profissional dos/as assistentes sociais.

Porém, partindo do pressuposto que a compreensão da profissão de serviço social, implica na necessidade de inseri-la nas condições e relações sociais que lhe atribuem significado e a tornam possível e necessário (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009), da mesma forma compreende-se que para apreender a prática profissional dos/as assistentes sociais em questão, é necessário compreender a realidade em que se constrói essa prática, abordando o espaço/território em que ela acontece.

Os/as assistentes sociais em questão, atuam na área da assistência social, na Proteção Social Básica⁴, especificamente em um Centro de Referência de

⁴ A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. Os programas e projetos são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS (BRASÍLIA, 2004, p.33-34).

Assistência Social (CRAS)⁵ denominado “São Sebastião”. O CRAS “São Sebastião”, está localizado em um bairro periférico no município de Abaetetuba, interior do estado do Pará, circunscrito em uma realidade amazônica.

A Região Amazônica é marcada por sua beleza própria, pela diversidade social, cultural e geográfica, porém não é uma região isenta de conflitos, exclusões e negações de direitos. É terra de muitos conflitos, onde a questão social mostra-se em outras diversas expressões.

Quanto às tensões, violências e conflitos na Amazônia, expressam uma particularidade da questão social que está presente em todo o país e no mundo, agudizados pela crise global. Mas, na região, sabemos que ela tem na raiz a forma da propriedade privada da terra, onde estão presente o latifúndio produtivo e improdutivo (reserva de valor) e o enclave, todos eles impostos a partir de fora, de sua ocupação gananciosa e destrutiva (TEIXEIRA, 2013, p. 19).

Os traços de um passado fortemente marcado pelas mãos do capitalismo travestido de desenvolvimento, guarda em seu cerne a marca das lutas e resistência de seu povo. Nessas terras, como menciona Teixeira (2013), a degradação da vida dos/as subalternizados/as manifesta-se pela destruição dos/as oprimidos/as, impondo dificuldades atípicas para a implementação do SUAS nessa região.

O aprimoramento e a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem como premissa insuprimível o reconhecimento do Brasil como uma federação heterogênea em suas expressões sociais, culturais e políticas; em suas potencialidades econômicas e em suas demandas. O Brasil também é uma Federação com profundas desigualdades regionais e sociais. Desigualdades sociais produzidas mais pelas opções históricas de um modelo de desenvolvimento econômico que empobrece a maioria da sociedade na mesma escala em que concentra riquezas colossais em poder de poucos. Já as desigualdades regionais resultam da centralização de possibilidades econômicas e sociais em regiões historicamente privilegiadas (CAMPOS, 2013, p. 31).

O processo de desenvolvimento ou invasão da Amazônia, acontece sob moldes próprios, bem como possui desdobramentos específicos. A destruição das terras, das águas, da vida e do modo de viver tradicional da população da região,

⁵ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASÍLIA 2009, p. 9).

movimenta a população para as periferias das cidades, ocupando-as desordenadamente e sem a garantia das condições de acesso aos mínimos sociais, agudizando ainda mais as expressões da questão social e relegando um público maior aos serviços socioassistenciais.

Organizar o SUAS na Amazônia, nas suas funções de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, torna ético e imperioso considerar a importância de compreender a realidade sob a ótica da dimensão territorial, dos povos tradicionais, do impacto causado por grandes projetos e da existência de áreas de conflito (PIACESI, 2013, p.78).

Abaetetuba é um dos municípios participantes dessa realidade. Geograficamente, localiza-se na mesorregião do Nordeste Paraense. Possui uma população de 141.100 habitantes⁶, que se distribuem em: 72 Ilhas, entrecortadas por rios, furos e igarapés; em 46 comunidades rurais da região de estradas e ramais; e em seus 17 bairros urbanos, distintos entre si. Sua população detém traços marcantes dos povos miscigenados: povos originários, povos refugiados da escravização e colonizadores.

A Política Municipal de Assistência Social no município de Abaetetuba organiza-se em acordo as preconizações da NOB/SUAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Na proteção Social Básica, o município possui 07 Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (04 urbanos, 02 ribeirinhos e 01 quilombola) com pactuação para atendimento de 1.000 famílias ao ano⁷. Os serviços destinam-se ao atendimento de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando à prevenção de situações de risco que as famílias possam a vir vivenciar.

Entre os CRAS urbanos, encontra-se o CRAS São Sebastião, que se localiza no Bairro de mesmo nome. O Bairro de São Sebastião teve sua gênese a partir da implantação do Projeto Albrás/Alunorte (município de Barcarena), que trouxe um número elevado de trabalhadores/as para o município, e como este não estava pronto a acolher essa população, originando vários bairros desordenados e sem infraestrutura básica. Além disso, o êxodo rural, ou o deslocamento de parcelas

⁶ Dados segundo censo do IBGE 2010.

⁷ Informações repassadas pela Coordenação da PSB, da Diretoria de Gestão do SUAS no município, por meio de ofício.

populacionais advindas das regiões de ilhas e estradas, muitas vezes resultado da não cobertura da região por políticas públicas eficazes, é uma realidade presente no município.

Em uma cartilha produzida pela Secretaria de Assistência Social do Município, resgata-se a história do CRAS no bairro e identifica-se o São Sebastião como um bairro de periferia que, há muito tempo ficou conhecido pelos índices de violência registrados em seu território, fato que motivou a implantação deste CRAS, como o primeiro CRAS do município.

Em sua origem existia em condições precárias, com prédio alugado e fora dos padrões preconizado pela NOB-SUAS. Hoje funciona em um prédio com boas condições físicas e estrutura considerada suficiente pelo Monitoramento SUAS-Censo CRAS e com a equipe mínima exigida nas Orientações Técnicas do CRAS⁸. Este faz parte de um complexo composto por Biblioteca Pública, laboratório de informática, Cine Teatro e quadra poliesportiva. Em seu território, abrange dez comunidades: São Sebastião, Santa Rosa, Ramal do Palhal, Castanhal I e II, Cataiandêua, Abaetezinho, Cristo Redentor, Jarumã, Ocupação da Ultralar e Bosque. É nesta realidade que estão inseridos/as os/as profissionais de serviço social participantes desta pesquisa.

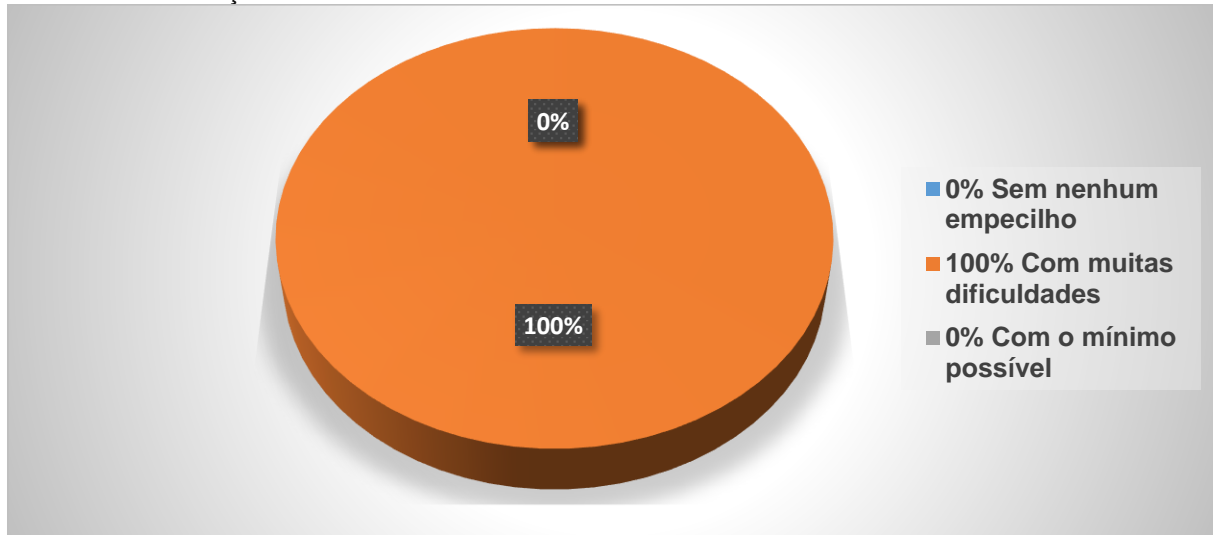
Como objetivo desta, buscou-se analisar a atuação profissional dos/as assistentes sociais no CRAS São Sebastião, município de Abaetetuba/Pa, identificando os limites e desafios impostos ao exercício profissional em face da atual conjuntura de desmonte de direitos.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, foram aplicados questionários com perguntas objetivas e subjetivas, que discorriam sobre o “fazer profissional” nas incertezas da realidade atual, a qual se insere a profissão e o seu projeto profissional. A pesquisa realizou-se no mês de novembro de 2017 e contou com a participação de três assistentes sociais do referido CRAS, sendo identificados como P1, P2 e P3.

⁸ A equipe técnica é formada por 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 04 educadores sociais, 01 arte educador, 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 01 agente administrativo, 01 técnico de referência, 01 educador físico, 01 agente comunitário, 02 serviços gerais, 01 porteiro, 01 vigia e 01 oficineiro.

Ao serem questionados/as sobre a execução da Política de Assistência Social no CRAS São Sebastião, os/as profissionais entrevistados/as responderam que esta acontece com muitas dificuldades, como demonstrado a seguir.

Gráfico 1. A execução da Política de Assistência Social no CRAS São Sebastião- Abaetetuba/PA.



Fonte: Produção das autoras.

Os/as assistentes sociais atribuem essas dificuldades à falta de recursos financeiros, materiais e humanos, exemplificando que, muitas vezes faltam folhas de papel A-4 para a impressão de um agendamento para o INSS em casos de BPC, bem recursos para os Benefícios Eventuais, alimentação e etc.

Embora o SUAS estabeleça os repasses continuados e permanentes de recursos (fundo a fundo) seguindo os critérios técnicos e princípios da universalização e da proteção integral, provendo a criação de instrumentos de gestão com fins da cooperação entre os entes federados no cofinanciamento, a realidade mostra que nem sempre isso é cumprido.

A ineficácia nos repasses, precariza ainda mais o trabalho dos/as profissionais, que necessitam dispor das condições mínimas para responder às demandas que lhe chegam, e impede muitas vezes o/a usuário/a do usufruto de seu direito, distanciando-o ainda mais da política de assistência social, dificultando a efetivação do SUAS na sua integralidade e contribuindo para sua fragilização.

O cenário atual revela tendências regressivas, ora explícitas, ora ocultadas pelas narrativas que se utilizam das fragilidades ainda presentes no

sistema, como a dificuldade na execução de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos municípios e a ausência de padrões relativos aos custos dos serviços. Tais dificuldades compõem as justificativas adotadas pelo governo para a cristalização da agenda no Suas, especialmente na expansão do financiamento e dos serviços, inclusive os tipificados, mas não cofinanciados (SILVEIRA, 2017, p. 488).

Quando questionados sobre os “limites impostos ao exercício profissional dos/as assistentes sociais para a execução da política de assistência social no CRAS São Sebastião no contexto de desmonte do SUAS” (questão nº 04), a falta de recursos foi citada como o que mais tem imposto desafios e limites ao exercício profissional para a execução da política de assistência social no CRAS.

O desafio para o profissional neste momento, com o desmonte do SUAS é que os nossos projetos, eles já vem do Governo Federal para serem executados no CRAS e no momento em que começa a diminuir esses recursos automaticamente os serviços oferecidos no CRAS tendem a perder a sua qualidade (P.1).

Segundo o/a “P.2”, a falta de recursos financeiros é um dos grandes ou o principal limite para a execução do trabalho com qualidade. Pois, essa incerteza nos repasses, tem posto em questão a própria permanência do CRAS, visto que sem a execução dos serviços, das ações e atividades o CRAS não existe.

Pediu-se ainda aos entrevistados/as, com a questão nº 06, que elessem duas atividades que estariam ameaçadas de continuidade, frente ao desmonte dos direitos sociais e das diversas investidas capitalistas, com os cortes de orçamento e contrarreformas.

Na fala dos/as profissionais entrevistados/as, destaca-se o PBF citado por todos/as como o grande ameaçado de continuidade. Assim como o BPC, os Benefícios Eventuais e os serviços fundamentais aos CRAS como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁹, que (segundo estes) esse ano não funcionou a contento no CRAS, por falta de recursos.

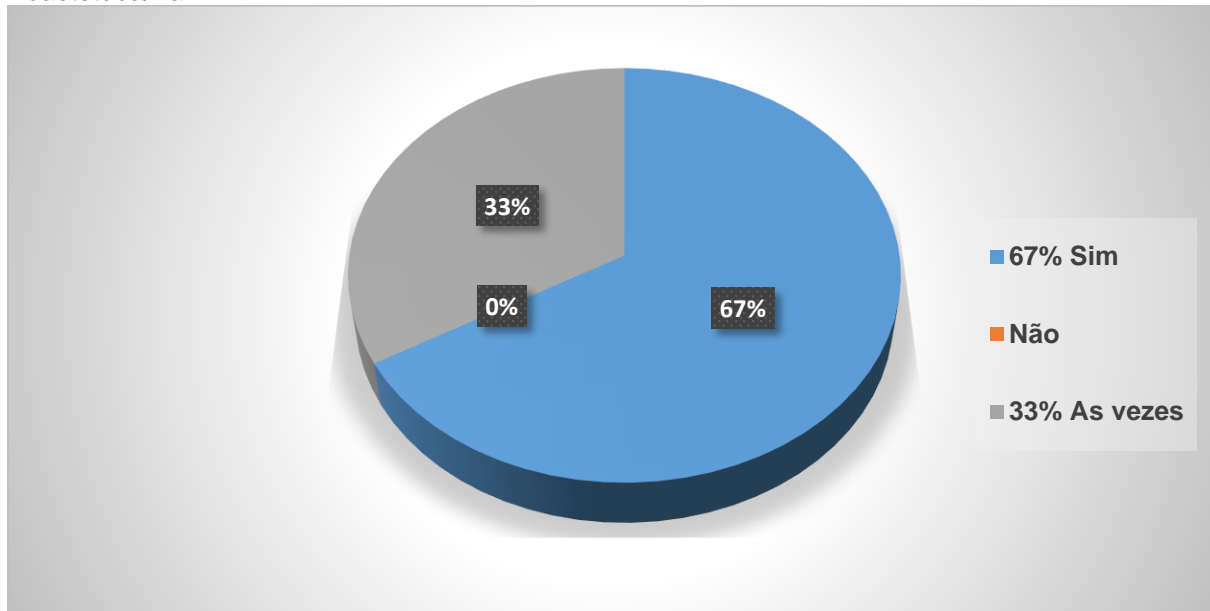
⁹ O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço (BRASIL, 2004, p.12)

Para Boschetti (2017), em contextos de crises e negações de direitos, as políticas sociais são o principal alvo da ofensiva capitalista na busca incessante de superlucros impactando diretamente os/as profissionais de serviço social.

Em sua peleja para assegurar direitos e universalizar as políticas sociais, os (as) assistentes sociais são duramente tencionados com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais, desenvolver serviços sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos às famílias e/ou organizações não governamentais, entre outras demandas que impõem intransponíveis limites à universalização das políticas e dos direitos (BOSCHETTI, 2017, p.65).

Indagou-se sobre as condições garantidas pela instituição para a realização dos atendimentos aos/às usuários/as de forma sigilosa e em conformidade ao Código de Ética profissional e a resolução 493/06 ¹⁰, havendo divergência nas repostas. Sendo que 67% declaram dispor de todas as condições para cumprir os pressupostos do código de Ética e da Resolução e 33% declarou que algumas vezes o sigilo não é garantido, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 2. Condições institucionais para o exercício profissional no CRAS São Sebastião-Abaetetuba/Pa.



Fonte: Produção das autoras.

¹⁰ Resolução do CFESS que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

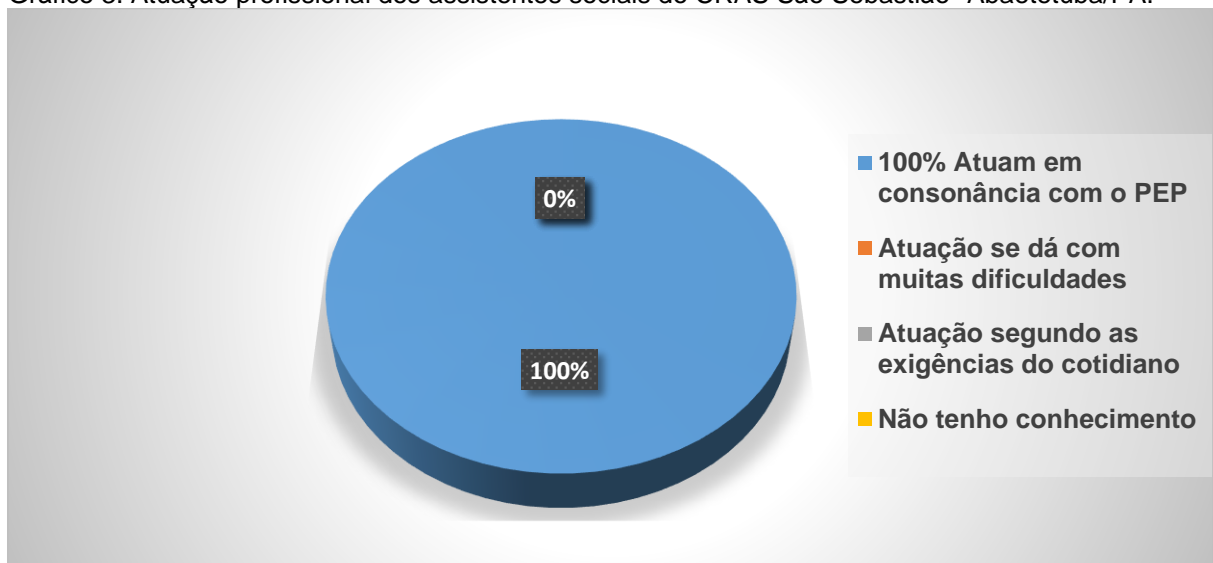
O CRAS São Sebastião é integrante do Complexo “Artes e Esportes Unificados” cedido para esse fim e contendo quase toda estrutura física previstos na cartilha de orientações técnicas do CRAS, porém não dispõe de salas próprias para o/a assistente social, ou seja, o serviço social necessita dividir a sala com a psicologia. O/a profissional que divergiu nesta resposta referiu-se a esta realidade, alegando que algumas vezes é necessário que um/a dos/as profissionais se ausente do espaço para garantir o sigilo do/a outro/a profissional.

Compreende-se que esses desafios e limites tem-se feito presente no cotidiano dos profissionais, por não haver o interesse do Estado em prover a universalização da política, porém essas dificuldades devem impelir a uma interpretação da totalidade, como estratégia e construção de novos processos.

O trabalho profissional esbarra cotidianamente nesses limites e desafia o(a) assistente social a situá-los na totalidade histórica, como condição para não cair no voluntarismo e pragmatismo tão presentes nos primórdios da profissão, e como estratégia interventiva fundamental para a socialização de informações e a construção de processos educativos junto aos usuários com quem trabalha (BOSCHETTI 2017, p. 65).

Entretanto, apesar das dificuldades impostas ao/a profissional, estes/as ao serem questionados a respeito de sua atuação, afirmam que buscam exercer a profissão em consonância ao Código de Ética do/a assistente social e ao projeto ético-político profissional, o que expressa-se abaixo em gráfico, totalizando 100% das respostas.

Gráfico 3. Atuação profissional dos assistentes sociais do CRAS São Sebastião- Abaetetuba/PA.



Fonte: Produção das autoras.

A afirmação dos/as profissionais, remete ao que indica Iamamoto (2015, p.80) de que os/as assistentes sociais formam “uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro no presente”.

Com relação à pergunta 05 sobre “Como você visualiza o futuro da profissão diante das incertezas do governo de Michel Temer, a partir da reforma da previdência, reforma trabalhista e o desmonte do SUAS?”, também houve concordância nas respostas. Estes/as afirmaram que a profissão ficará fragilizada e com sérios riscos de existência, pois com o desmonte do SUAS não há como se efetivar o trabalho, e terá como consequência a maior desvalorização do trabalho dos/as assistentes sociais, além da redução dos postos de trabalho.

A profissão resistirá com muita dificuldade, seja pela restrição do campo do trabalho, pois embora haja a autonomia profissional, depende-se das instituições empregadoras, dos recursos que garantem os serviços e a utilização dos instrumental na instituição (P.2).

Vejo um futuro de incertezas que vem fragilizar a atuação do assistente social, sendo que essa incerteza atingirá diretamente os usuários (P.3).

Nas falas dos/as profissionais, percebem-se os desafios cotidianamente enfrentados por estes/as e a importância da efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social, atrelado a um projeto societário que favoreça os setores marginalizados da sociedade. E ainda, como esta profissão consolida-se como socialmente necessária para o processo de emancipação dos sujeitos, especialmente aos que acorrem às políticas sociais, que ao final das intempéries do capital, são as que sempre saem penalizadas.

Nesses tempos de agudização da barbárie, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, construído coletivamente nos últimos quarenta anos, surge como renovada semente de esperança na luta contra todas as formas de exploração e opressão que intensificam a barbárie. Ancorado nos princípios da liberdade, equidade, compromisso com as lutas da classe trabalhadora, socialização da riqueza, recusa a todas as formas de discriminação e defesa intransigente dos direitos sociais, constitui uma bússola para enfrentar os desafios que a realidade impõe (BOSCHETTI, 2017, p.62-63).

Portanto, a partir dos dados coletados, pode-se afirmar que a tensão estrutural que tem se acirrado nos tempos atuais, impondo novos desafios ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, requerendo destes/as maior

alinhamento à luta dos trabalhadores/as, em defesa das conquistas sociais e efetivando cada vez mais os pressupostos do Projeto Ético-Político Profissional.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretender realizar uma análise sobre o trabalho profissional de assistentes sociais, não se constitui como tarefa fácil, a julgar pela não homogeneidade dos sujeitos que constroem esta profissão e ainda mais pelas condicionalidades que a eles se impõem, podendo ainda deslizar na armadilha do ceticismo com um julgamento isento de crítica, ao mesmo tempo em que pode possibilitar compreender o sentido real da profissão e a relevância social desses/as profissionais.

As questões abordadas neste trabalho dizem respeito aos desafios e limites do trabalho profissional no CRAS São Sebastião no contexto atual de regressão de direitos. Buscou-se com essa temática, compreender a atuação dos/as profissionais de serviço social nesse espaço, visualizando sua atuação a partir dos desmontes das políticas sociais e do retrocesso da atual conjuntura, com projetos de leis, cortes orçamentários e emendas constitucionais que estão atacando às conquistas históricas da classe trabalhadora.

O/a profissional de serviço social, por constituir-se como profissional “liberal”, porém condicionado pelos fatores da instituição que o emprega, não deve abrir mão dos princípios éticos que permeiam sua profissão e o fronte ao qual a profissão posicionou-se historicamente ao romper com o conservadorismo profissional. Entretanto, o princípio da liberdade (central no código de ética profissional) os/as permite divergir nas concepções de cidadania, de direito, política social, etc. É nessa contradição necessária que se constitui o desafio de tal trabalho.

Há ainda outro determinante fundamental para uma pretensão de análise: a realidade da conjuntura em que se propõe tal tarefa e aos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos/as.

A realidade vivenciada não tem sido favorável aos direitos sociais, bem como, tem sido relativamente confusa e angustiante a ponto de inferir um estado de inércia ou anesesiamento em muitos setores da sociedade.

Ao que se convém chamar de crise econômica, pode-se também denominar, em amplas proporções, como uma crise política, social e ética. Chegou-se ao ponto lamentável de se constituir a frente do poder executivo um presidente indícios de corrupção, com ministros também denunciados e com um Poder Legislativo de

bancadas elitistas e conservadoras, precedida pelo judiciário que garante que muitos destes saiam ilesos dos inúmeros processos por corrupção.

A “temerária conjuntura”¹¹, marcada pelas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, PEC’s, concessões à empresas e cortes de orçamento, impele mais e mais ao acirramento das expressões da questão social, exigindo do/a profissional de serviço social maior capacidade de análise crítica da realidade, compreensão e comprometimento com o projeto ético-político profissional.

Em uma realidade específica amazônica, as expressões são cada vez mais evidentes, como é o caso de Abaetetuba, onde os grandes projetos e empreendimentos do capital se avizinham, aliados aos incentivos da gestão municipal e estadual, favorecendo à destruição do meio ambiente e das diferentes formas de viver das populações existentes nesse município, trazendo ao serviço social novas expressões e particularidades da questão social, a exemplo do êxodo rural, que decorre desse processo, criando bairros desordenados e sem infraestrutura, aumentando e agudizando ainda mais a pauperização da vida da classe trabalhadora, entre outras.

Ocorre que na rapidez com que essas realidades se instalam, nem sempre as equipes técnicas presentes na rede socioassistencial conseguem atentar para este fato, e acabam por generalizar a realidade de cada espaço sócio-ocupacional sem perceber a totalidade do território em que se insere tal realidade, não conseguindo direcionar os esforços para proteção social e buscando apenas o cumprimento de metas estabelecidas nos pactos.

Essa percepção surgiu ao longo da pesquisa, enquanto buscava-se cumprir o objetivo de compreender como a política é executada no CRAS São Sebastião. Entretanto, como o direcionamento da pesquisa era sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais do referido CRAS, não foi possível aprofundar a respeito, deixando assim a indicação para trabalhos posteriores.

O fato de a pesquisa ser realizada em um espaço em que as autoras estavam inseridas no estágio profissional permitiu refletir sobre as demandas que chegam todos os dias ao CRAS São Sebastião solicitando a efetivação de direito e que são negados em decorrência dos interesses do estado capitalista.

¹¹ Termo muito usado pelas diversas organizações e movimentos sociais para designar a conjuntura em que está em poder o Presidente da República Michel Temer.

No cotidiano do fazer profissional dos/as assistentes sociais do CRAS São Sebastião (que não devem divergir da realidade de tantos outros CRAS e da assistência social pelo Brasil afora), os limites e desafios mostram-se cada vez mais latentes, impondo aos/às profissionais a necessidade de se reinventar sempre e buscar novas estratégias para não fazer de seu trabalho uma mera rotina.

Os assistentes sociais que participaram deste estudo e que atuam cotidianamente no CRAS São Sebastião, foram essenciais para a realização deste trabalho, pois empenharam-se em compartilhar conosco sua prática profissional durante o período do estágio (pois embora seja esta uma das atribuições dos/as assistentes sociais, nem sempre encontram-se profissionais disponíveis) e também quando disponibilizaram-se em fazer parte do universo da pesquisa.

Estes possuem opiniões diversas entre si acerca do trabalho profissional, da conjuntura, dos pressupostos da profissão, entre outros pontos, porém, convergem na opinião de que a profissão encontra-se diante de desafios que podem ser decisivos para o futuro do serviço social.

Compreende-se assim, que o Projeto Ético-Político profissional, passa a ser essencial à orientação do exercício profissional comprometido e crítico de assistentes sociais e para o rompimento com a sociedade atual, capitalista, excludente e para poucos.

A urgência da defesa e efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social está aqui, como necessária a uma prática condizente às demandas que ora se apresentam cabendo a estes/as profissionais reconhecerem as possibilidades dadas na realidade para transformá-las em alternativas profissionais e desenvolvê-las em frentes de trabalho, como diria Iamamoto (2015).

Entretanto, sabe-se que muitas vezes há dificuldades em driblar as armadilhas do sistema e conseguir desenvolver a capacidade de interpretação da realidade, tornando-se um/a profissional propositivo/a e interventivo/a, tendo o cuidado de não cair nem no campo do politicismo nem no campo do tecnicismo, aprisionando a profissão a estes dois equívocos.

Os baixos salários, os cortes de orçamento, a não contrapartida da instituição empregadora com a disponibilização dos meios necessários ao desenvolvimento do trabalho, a polivalência e outras formas que intensificam ainda mais o processo de precarização do exercício profissional, também são outro grande empecilho

profissional que por hora demonstraram-se presente nas falas dos/as profissionais entrevistados/as, e que podem direcionar ao fatalismo profissional.

Acredita-se que aqui mora uma oportunidade de melhorias nessa realidade: o convênio estabelecido entre a universidade e às instituições que agregam estagiários/as de serviço social, possam ser melhor aproveitadas, como um campo de interconexão de saberes e de formação continuada, para estes/as profissionais que nas peculiaridades da rotina, não conseguem espaço para a aprimorar suas competências teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa.

Não se isenta com esta proposta, a responsabilidade destes/as profissionais de buscarem, também de forma independente fundamentar-se nas bases teórico-metodológicas da profissão, direcionando-se ética e politicamente para uma técnica operacional em consonância ao construído pela profissão, mas sim, aprimorar estas com o campo científico da profissão para uma consolidação permanente do Projeto Ético-Político da profissão.

A articulação com as entidades representativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), bem como, com os diversos movimentos sociais e segmentos de lutas da classe trabalhadora, como os fóruns estaduais, municipais e regionais de trabalhadores/as do SUAS, sindicatos (SINDSUAS) e partidos de esquerda, apresentam-se também, como um trilhar para uma atuação ético-política condizente à postura que a profissão assumiu. Cabe às entidades representativas e profissionais, buscar alternativas que favoreçam a aproximação entre si, desvencilhando-se do burocratismo, e redescobrimdo possibilidades para o cenário atual.

Acreditamos ainda, que em tempos de agudização da luta de classes, articular-se na luta dos que sofrem opressões seja pela cor, pela luta da terra, pela orientação sexual, pelo gênero, por opção religiosa, pelo direito da cidadania mundial, pelo direito ao trabalho, e tantos outros cerceamentos de direitos e liberdades, o Projeto Ético-Político do serviço social instaura-se como um norte de orientação, uma necessidade e uma imprescindível condição para a constituição de uma sociedade justa, equitativa e socialmente referenciada.

Portanto, considera-se que este Trabalho de Conclusão de Curso conseguiu atingir a sua proposta inicial, porém, ainda há muito a apreender sobre a prática profissional e a necessária efetivação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, oportunizando-se novas pesquisas nessa área que possam contribuir

para a compreensão sócio histórica dos caminhos traçados pelo serviço social no Brasil, no que diz respeito a esta conjuntura regressiva.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti . **Brasil em contra-reforma** : desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 304 p.

_____ ; BOSCHETTI, Ivanete . **Política Social** : fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

BOFF, Leonardo. **A volta da classe do privilégio e o golpe parlamentar**. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2016/05/18/a-volta-da-classe-do-privilegio-e-o-golpe-parlamentar/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 54-71, 2017.

_____. **Assistência Social e trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016. 192 p.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano decenal de assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. [s.n]. Brasília. [2016?]. 115.p.

_____. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. CFESS, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social(PNAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Norma operacional básica (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em: 07 de nov. de 2017.

_____. **Orientações Técnicas do CRAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

CAMPOS, Edval Bernardino. As sociedades Amazônicas e o SUAS. In _____. **Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social** 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013, Cap. 2, p. 31- 53.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 447-466, 2017.

COELHO, J. G. **A Constituição brasileira de 1988**. Definições e desafios. Brasília, Inesc, Relatório, out. 1988. Mimeo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL(CFESS). **Moção de Repúdio à Secretaria Nacional de Assistência Social e ao Ministério do Planejamento**. Brasília (DF). Publicada 9 de setembro de 2017. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/1Mocao-repudio-SUAS-revisada.pdf>

_____. **Por que dizer não ao Programa Criança Feliz**. Nota Publicada em 7 de março de 2017. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1347>>. Acesso em: 16 de nov. de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CNAS). **Nota de repúdio do Conselho Nacional de Assistência Social** – CNAS relativa aos cortes da proposta orçamentária da assistência social 2018. Brasília. Set.de 2017(a). Disponível em: <<https://blogcnas.org/2017/09/21/nota-de-repudio-do-conselho-nacional-de-assistencia-social-cnas-relativa-aos-cortes-da-proposta-orcamentaria-da-assistencia-social-2018>>. Acesso em: 15 de jan. de 2018.

_____. **Resolução CNAS nº 12 de 19 DE JULHO DE 2017(b)**. Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício 2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos2017/...cnas12.pdf/download> Acesso em: 15 de jan. de 2018.

_____. **Resolução CNAS nº 21 de 18 de Dezembro de 2017(c)**. Publica as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/legislação/resoluções/arquivos-2017/...resoluções-2017/>. Acesso em: 15 de jan. de 2018.

Conselho Regional de Serviço Social. **Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social** : Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013. 152 p.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: Uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2004. 187 p.

FALEIROS, V.P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Política Social- Módulo 3. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-Unb, 2000.

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del Bienestar**. Trad. de Rodrigues Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

IAMAMOTO , Marilda Villela . **Serviço Social na Contemporaneidade** : trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 326 p.

_____; CARVALHO, Raul de. Proposta de Interpretação Histórico- Metodológica : O serviço social no processo de reprodução das relações sociais . In: _____. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 2, p. 71-104.

IANNI,O.. A Dialética da história. In: **D'INCAO, M.A. (org.). História e ideal: ensaios sobre o Caio Prado Júnior**. São Paulo: Unesp / Brasiliense, 1989.

IBGE: CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** . 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68 p.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, 2006.

_____; BRAZ, Marcelo. A acumulação capitalista e o movimento do capital: Acumulação capitalista e 'questão social". In: _____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 5, p. 148-151.

_____. Trabalho, sociedade e valor. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 1, p. 27-32.

PIACESI, Meive Ausonia. Fator Amazônico e os desafios para efetivação do SUAS na Região Norte. In: CAMPOS, Edval Bernardino, et al. **Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social** 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013, Cap. 3, p.53-81.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários entre a rebeldia e o conformismo** . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 174 p.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300487&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 29 dez. 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A Amazônia e a interface com o SUAS. In: CAMPOS, Edval Bernardino et al. **Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. cap. 1, p. 12-31.

_____; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, p. 185-200, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Cadernos Abongs/CNAS**, São Paulo : Abong, s/l. n.19, out. 1997.

_____. Políticas sociais e assistenciais: estratégias contraditórias da gestão estatal da pobreza das classes subalternas. In: _____. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 1, p. 49-65.

_____. O lugar social dos excluídos e subalternidades, seu perfil, sua versão: A assistência social na conformação da identidade subalterna. In: _____. **Classes Subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 3, p. 103-183

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO: A execução da política de assistência e o exercício profissional dos/as assistentes sociais no CRAS São Sebastião.

01- A execução da política de assistência social no CRAS São Sebastião acontece?

- (A) Sem nenhum empecilho, temos todos os recursos para executá-la.
- (B) Com muitas dificuldades, pois faltam recursos financeiros, materiais e humanos.
- (C) Executamos com o mínimo possível.

02- Como você, profissional de serviço social, visualiza seu exercício a partir das orientações contidas no projeto ético-político profissional e no código de ética profissional na atual conjuntura de desmonte de direitos?

- (A) Minha atuação acontece em consonância com o Código de Ética do/a assistente social e o projeto ético-político.
- (B) Minha atuação se dá com muita dificuldade em consonância com o Código de Ética do/a assistente social e o projeto ético-político.
- (C) Minha atuação se dá muito mais pelas contingências e exigências do cotidiano sem tempo para refletir os atendimentos de acordo com Código de Ética e o projeto ético-político.
- (D) Não tenho conhecimento aprofundado contidas no projeto ético-político profissional e no código de ética profissional.

03- A Instituição garante que você realize os atendimentos aos/às usuários/as de forma sigilosa e em consonância ao Código de Ética profissional e a Resolução 493/06 que Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social?

() Sim

- () Não
- () Às vezes

Caso negativo, informe por quê?

04- Quais os desafios e limites impostos ao exercício profissional dos/as assistentes sociais para a execução da política de assistência social no CRAS São Sebastião no contexto de desmonte do SUAS?

05- Como você visualiza o futuro da profissão diante das incertezas do governo de Michel Temer, a partir da reforma da previdência, reforma trabalhista e o desmonte do SUAS?

06- No atual contexto de desmonte dos direitos sociais eleja duas atividades que estão ameaçadas de continuidade?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO:

RG. Nº _____

CPF: _____

SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Os desafios e limites do trabalho profissional no CRAS São Sebastião no contexto atual de regressão de direitos**, desenvolvida pelas alunas Kelliane de Jesus Silva e Layana Azevedo dos Santos da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Faculdade de Serviço Social. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: **Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso e respectiva apresentação de texto e defesa oral**, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisitada pela disciplina de mesmo nome, da Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, e objetiva **analisar a atuação profissional do assistente social no CRAS São Sebastião, município de Abaetetuba/Pa**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e a garantia do anonimato e sigilo absoluto quanto a minha identificação, além dos esclarecimentos constantes, inclusive de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Local: _____, Data: ____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante